MULHERES

INDÍGENAS DA TRADIÇÃO

Atikum: Nayara Tayná Leite Silva DONA ANA OLINDINA DA CONCEIÇÃO; **Entre Serras Pankararu:** Elisa Urbano Ramos DONA HILDA BEZERRA BARROS; **Kambiwá:** Edivanha Bezerra da Silva DONA VALDIRA ANA DA SILVA; **Kapinawá:** Robevânia Roseles da Silva Beserra DONA HELENA MARIA DA SILVA; **Pankaiwká:** Eliane Vieira da Silva DONA MARIA ANTÔNIA DA SILVA; **Pankará:** Angelina dos Santos Silva DONA EMÍLIA OLINDINA DOS SANTOS; **Pankararu:** Jaqueline Maria dos Santos DONA MARIA FRANCISCA DOS SANTOS; **Pipipã:** Cilene Maria dos Santos DONA LINDALVA ROSENO DA SILVA; **Truká:** Ivanira Orcelina dos Santos DONA MARINA MARIA DA CONCEIÇÃO; **Tuxá:** Sandra da Silva Pajeú Santos DONA MARIA DE LOURDES DA SILVA PAJEÚ; **Xucuru:** Lucinéa Santos da Silva DONA JUDITE RODRIGUES CAVALCANTE DE ALMEIDA

MULHERES

INDÍGENAS DA TRADIÇÃO

Atikum: Nayara Tayná Leite Silva DONA ANA OLINDINA DA CONCEIÇÃO; **Entre Serras Pankararu:** Elisa Urbano Ramos DONA HILDA BEZERRA BARROS; **Kambiwá:** Edivanha Bezerra da Silva DONA VALDIRA ANA DA SILVA; **Kapinawá:** Robevânia Roseles da Silva Beserra DONA HELENA MARIA DA SILVA; **Pankaiwká:** Eliane Vieira da Silva DONA MARIA ANTÔNIA DA SILVA; **Pankará:** Angelina dos Santos Silva DONA EMÍLIA OLINDINA DOS SANTOS; **Pankararu:** Jaqueline Maria dos Santos DONA MARIA FRANCISCA DOS SANTOS; **Pipipã:** Cilene Maria dos Santos DONA LINDALVA ROSENO DA SILVA; **Truká:** Ivanira Orcelina dos Santos DONA MARINA MARIA DA CONCEIÇÃO; **Tuxá:** Sandra da Silva Pajeú Santos DONA MARIA DE LOURDES DA SILVA PAJEÚ; **Xucuru:** Lucinéa Santos da Silva DONA JUDITE RODRIGUES CAVALCANTE DE ALMEIDA

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO DO PROJETO
Caroline Leal Mendonça
Manuela Schillaci

OFICINAS
Caroline Leal Mendonça
Manuela Schillaci
Helena Tenderini

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO DO LIVRO
Caroline Leal Mendonça
Elizabeth Leal
Lara Erendira Almeida de Andrade
Manuela Schillaci

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Paula K. Santos

FOTOGRAFIAS
Elizabeth Leal
Carmelo Fioraso

AUTORIA DOS TEXTOS
Alcione Alves Laurentino (Pipipã)
Angelina dos Santos Silva (Pankará)
Cilene Maria dos Santos (Pipipã)
Edivanha Bezerra da Silva (Kambiwá)
Eliane Vieira da Silva (Bianca) (Pankaiwká)
Elisa Urbano Ramos (Pankararu Entre Serras)
Francisca Bezerra da Silva (Kambiwá)
Ivanira Orcelina dos Santos (Truká)
Jaqueline Maria dos Santos (Pankararu)
Luciana Avelina da Silva (Pipipã)
Lucineia Santos da Silva (Xukuru)
Nayara Tayná Leite Silva (Atikum)
Rita de Cássia dos Santos (Pankararu)
Robevânia Roseles da Silva Beserra (Kapinawá)
Sandra da Silva Pajeú Santos (Tuxá)

SUMÁRIO

Apresentação *5*

O Movimento de Mulheres Indígenas de Pernambuco *9*

A importância deste livro para nossos povos *11*

MULHERES DA TRADIÇÃO *13*

Atikum Dona Ana *14*

Pankararu Entre Serras Dona Hilda *20*

Kambiwá Dona Valdira *28*

Kapinawá Dona Helena *36*

Pankaiwká Dona Maria Antônia *44*

Pankará Dona Emília *50*

Pankararu Dona Maria *57*

Pipipã Dona Lindalva *64*

Truká Dona Marina *72*

Tuxá Dona Lourdinha *80*

Xucuru Dona Judite *88*

PESQUISADORAS *97*

APRESENTAÇÃO

Caroline Leal
Manuela Schillaci

MULHERES INDÍGENAS DA TRADIÇÃO é um livro fotográfico, fruto da pesquisa sobre as mulheres indígenas em Pernambuco, realizada por pesquisadoras de onze povos no estado de Pernambuco. Cada povo indicou uma mulher para se dedicar à escuta, à observação e ao registro das trajetórias de guerreiras que fazem parte da resistência indígena no Nordeste. O livro tem como objetivo apresentar uma breve trajetória de vida das mulheres que são reconhecidas pelo saber tradicional em seus povos e possuem significativa contribuição nas mais diversas áreas da vida coletiva. Homenageá-las e dar visibilidade as suas trajetórias de luta, muitas vezes silenciadas, ou pouco referenciadas nas narrativas e registros sobre as lutas indígenas no Nordeste brasileiro, é a intencionalidade política da pesquisa.

Esta ação foi apoiada pela Secretaria de Cultura de Pernambuco com o projeto Funcultura n° 1069/12 intitulado "Mulheres Indígenas da Tradição". Este projeto foi realizado entre os anos de 2013 e 2015 e propiciou a articulação e mobilização do movimento de mulheres em volta da ideia de homenagear as "guerreiras indígenas", bem como garantiu a realização de encontros e formações direcionadas às mulheres indígenas que se tornaram pesquisadoras de seus próprios povos.

A invisibilidade e silenciamento da contribuição das mulheres nas lutas por liberdade, autonomia e direitos é consequência do patriarcado persistente, pois os povos indígenas não estiveram isentos dos efeitos nefastos da colonização. Isso tem reflexo na ausência de muitas personagens femininas na história dos povos indígenas, na qual o destaque continua sendo dado aos homens. Sem questionar ou dispensar a importância desses homens indígenas, pouco se sabe e se registrou sobre a significativa participação das mulheres nas insurgências indígenas do país. Tal realidade demonstra como os vários tipos de registros históricos impõem o seu caráter patriarcal nos contextos das lutas indígenas, ocultando a presença feminina na construção pluriétnica brasileira.

Pernambuco é o quarto estado brasileiro com maior número de indígenas, o censo do IBGE (2010) aponta para uma população de 53.284 indivíduos, divididos entre 12 povos que habitam 14 territórios, são eles os povos Xukuru, Kapinawá, Kambiwá, Fulni-ô, Tuxá, Pankararu, Pankararu Entre Serras, Pankaiwká, Pipipã, Truká, Pankará e Atikum. As mulheres representam 50,4% da população (MS/SESAI/SIASI – 2013) e os gráficos etários do IBGE (2010) informam que a maior parte das mulheres está situada entre a faixa etária de 05 a 34 anos, ou seja, trata-se de uma população feminina jovem. Além de uma presença demográfica significativa, na atualidade, para pensar o processo de re-conhecimento das mulheres indígenas é necessário considerar que suas reivindicações são de ordem comunitária e também oriundas de demandas individuais e específicas. Isto porque são vítimas das violências decorrentes da falta de regularização dos territórios tradicionais e dos empreendimentos do grande capital

que afetam a vida de seus povos gerando problemas para a vida coletiva e privada.

A importância deste livro, portanto, está primeiramente no registro da história de vida de mulheres indígenas pertencentes a estes povos para o reconhecimento de suas trajetórias na resistência indígena. Nas palavras das pesquisadoras: "Esta pesquisa é importante, pois é a partir dela que vamos dar mais valor às mulheres que lutaram muito por causa do povo. Este projeto está valorizando e registrando a vida dessas grandes guerreiras, que desse momento em diante serão reconhecidas tanto pelo próprio povo quanto pelas outras pessoas" (Robevânia Kapinawá).

"Senti que ela ficou muito feliz em saber que não está sendo esquecida pelo trabalho que desenvolveu dentro do nosso povo. Todas as pesquisadoras também relatam a grande aprendizagem que as Mulheres da Tradição trouxeram para elas neste processo, o carinho e a receptividade destas mulheres" (Lucinéia Xukuru).

Em segundo lugar, consideramos relevante o fato de ser uma produção coletiva das mulheres indígenas e escrito por mulheres-pesquisadoras que passaram por um processo de formação teórico-metodológica da pesquisa qualitativa. Acreditamos que essa experiência da pesquisa é uma bagagem que permanece com as pesquisadoras, posto que possibilitou a reflexão sobre o papel destas na salvaguarda dos saberes tradicionais por meio da história oral. A pesquisa "Mulheres da Tradição" gerou conhecimento por meio das conversas e da vivência junto com as mais velhas. Um exemplo disto está no relato abaixo,

"No começo passei em sua residência, avisei sobre esse trabalho e ela ficou feliz, se sentindo privilegiada no Povo Pankaiwká. A pesquisa faz conhecer a história de vida e o modo de vida dessa mulher. Eu tive o prazer de estar com ela em sua roça, observando como ela cuida de suas plantações e criações, a ouvindo explicar as formas de plantar e os modos de criar os bichos. Foi um momento de grande alegria quando ela soube que sua entrevista ia ser de grande importância. Foi a minha primeira entrevista e hoje a tenho como fonte de conhecimento" (Eliane Pankaiwká).

A metodologia da pesquisa incentivou o envolvimento da comunidade por meio da realização de entrevistas com outras pessoas ou familiares para colaborarem no levantamento de fatos e detalhes na história de vida da Mulher da Tradição. As pesquisadoras procuraram documentos e fotografias antigas, algumas reconstruíram a árvore genealógica da mulher pesquisada e, em alguns casos, utilizaram outras fontes como entrevistas e matérias já publicadas,

"Minhas colegas Edilânia e Berenice, coordenadoras da Educação Escolar Indígena, me ajudaram na elaboração das perguntas para a entrevista. Também segui o roteiro que foi entregue na formação... perguntei, anotei, gravei, tirei fotos. Acompanhei um ritual do Praiá, desde a mesa da Jurema até a realização do folguedo, no dia 19 de outubro de 2014 em minha aldeia Peitudo Kambiwá. Teve a presença do cacique e da comunidade

convidada da área de Retomada [localidade onde mora Dona Valdira, mulher pesquisada]. Eu fiquei muito feliz, pois, pela primeira vez realizou-se em minha aldeia o ritual do Praiá, foi onde eu me senti muito bem de corpo e alma" (Edivânha Kambiwá).

Desde o início do projeto foi definido que este livro e os resultados da pesquisa estariam a serviço das escolas indígenas, como material didático específico para os conteúdos curriculares sobre relações de gênero e valorização das mulheres. Assim, este trabalho esteve atento à reflexão sobre o papel da memória, sobre como esta é transmitida e como as mulheres têm sido fundamentais na salvaguarda dos saberes tradicionais como base da identidade. Cilene Pipipã, destaca como o despertar desta memória tem um papel vital para todas as gerações, ela dá sentido à vida: "a pesquisa tem sido muito importante para mim e para a entrevistada, ela vem lembrando de coisas que já tinha esquecido, por tanto é uma vida que está renascendo! ".

Como podemos perceber, a questão intergeracional foi um elemento que emergiu durante este processo. Segundo os relatos das pesquisadoras mais velhas foi um "relembrar" das coisas do passado, porém, para as mais jovens foi um "descobrir" uma história que lhe pertence, lançar o olhar para conhecer mais sobre seu povo e perceber as transformações da sua própria cultura, como nas palavras de Jaqueline Pankararu: "a própria pesquisa nos trouxe novas descobertas referentes as mudanças dos valores familiares e da tradição Pankararu".

Para concluir, as mulheres, de diversas formas, têm contribuído enormemente com o processo de resistência indígena no Nordeste, como relata Elisa Pankararu sobre Dona Hilda, liderança e cacique dos Pankararu de Entre Serras:

Dona Hilda é uma personalidade da história da luta e da conquista da Terra Indígena Entre Serras. Mas não apenas a questão do território, mas tudo que está ligado a ele, como a organização social, a educação escolar, a saúde, a sustentabilidade, enfim, o cotidiano do povo, no passado enquanto história, no presente, e nas perspectivas para o futuro.

Suas histórias de vida e suas imagens precisam ser conhecidas e lembradas, as Mulheres da Tradição neste livro e todas as outras guerreiras precisam ser homenageadas, porque elas são sim, patrimônio vivo e símbolo de luta permanente. Recuperar e divulgar a história destas indígenas mulheres é reconhecer a importância do papel da mulher indígena e fortalecer as guerreiras e o movimento de mulheres indígenas de Pernambuco. As Mulheres da Tradição e todas as guerreiras representam esta preciosa história e trajetória de resistência, o elo com nosso presente, passado e futuro que dá sentido à vida, ou seja, um continuar tecendo o futuro a partir da memória. Viva as Mulheres da Tradição e todas as guerreiras!

O MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS EM PERNAMBUCO

Elisa Urbano Ramos, *Pankararu Entre Serras*
Francisca Bezerra da Silva, *Kambiwá*

Ao tratarmos da trajetória do movimento indígena pouco se falou da presença das mulheres. No entanto estavam na luta e a importância delas é tão forte que seus nomes e suas ações estão gravados na história. Na atualidade as mulheres indígenas continuam a lutar, ao lado das lideranças masculinas e de suas comunidades, na conquista do direito aos nossos territórios e às políticas públicas que asseguram vida digna nas aldeias, porque se trata de séculos de desigualdades e injustiças.

Compreendemos que todas as negações de direito aos povos indígenas significam também a negação dos direitos específicos às mulheres, pois somos comunidade, terra e natureza. Eis porque na luta do movimento de mulheres indígenas está em primeiro lugar a pauta de reivindicação territorial.

Nós, lideranças mais jovens, podemos observar a conexão total da mulher indígena com os elementos da natureza, com o tempo e a relação com a ancestralidade. Aprendemos com as nossas anciãs que na cultura indígena as mulheres têm o seu espaço e que não pode ser o espaço de submissão ou escravidão. O reconhecimento dessa importante participação da mulher no cotidiano da aldeia e da sua missão como guardiã dos costumes tradicionais colocou a necessidade de confrontar algumas práticas atuais que demonstram a lógica do patriarcado invadindo nosso mundo.

Se o protagonismo das mulheres na aldeia é exercido cotidianamente e tem importância na organização social, mas, se é imposto uma relação de desigualdade que gera a injustiça, então é mazela adquirida da colonização. E é nesse contexto que surge a necessidade de refletir sobre o assunto. Por isso há pouco mais de uma década a questão de gênero passou a ser discutida nas aldeias.

Na história dos povos indígenas sempre houve a importante participação das mulheres. E no movimento indígena também. Por isso é fundamental reconhecer que a luta destas mulheres por respeito e dignidade nas relações de gênero deve ser entendida como uma contribuição ao movimento, pois para descolonizar é necessário romper com toda situação de violência e injustiça contra as mulheres. Refletimos em nossos encontros como as mulheres estão situadas no caminhar do movimento indígena e como vamos romper com a cultura da colonização presente até hoje em nossas terras.

O Movimento de Mulheres Indígenas de Pernambuco é um sonho realizado de tantas outras guerreiras que já partiram, a exemplo da companheira Maninha Xukuru-Kariri de Alagoas. Maninha atuou por mais de dez anos à frente da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme) com este pensamento de ver as mulheres de cada povo organizadas e com liberdade para estarem presentes na luta.

Maninha Xukuru-Kariri será sempre nossa líder, pois como aprendemos com as sábias anciãs: guerreiras não se enterram, se plantam e dessa planta surgem novas guerreiras e assim se faz a sabedoria da Natureza. Na organização da Apoinme conseguí-

mos um departamento de Mulheres Indígenas e a partir disto vieram muitas reuniões e encontros de mulheres. É importante destacar em nossa trajetória a primeira Assembleia Regional de Guerreiras Indígenas, no ano de 2007 em Minas Gerais, no povo Xacriabá, no qual escolhemos nossa primeira representante para atuar no departamento de mulheres na Apoinme, nossa parenta Ceiça Pitaguary (CE).

Em Pernambuco as mulheres decidiram se organizar por reconhecerem que já participavam ativamente de todos os momentos de luta do povo, mas sem o devido reconhecimento. Por serem mulheres não tinham nenhuma visibilidade e suas demandas específicas não eram observadas pelo movimento indígena composto por uma maioria de homens. Atualmente, além do movimento estadual que reúne mulheres de todos os povos, temos as organizações internas em cada povo através das quais se reúnem para compartilhar os problemas comuns e as lutas específicas de cada etnia. Conseguimos, com a ajuda dos parceiros, realizar seis seminários: o primeiro ocorreu no povo Xukuru; o segundo no povo Pankará; o terceiro no povo Kambiwá; o quarto no povo Kapinawá; o quinto no povo Truká e o sexto no povo Pankararu de Entre Serras.

A cada momento surgem lideranças femininas de destaque no movimento indígena e elas são sempre uma referência para as demais mulheres. Estão no cenário nacional e internacional, ocupam diferentes espaços de poder e de mobilizações em prol dos direitos coletivos dos nossos povos. Participam tanto em instâncias específicas para os indígenas como em espaços políticos com outros movimentos sociais. São nossas grandes líderes! São guerreiras que vão lutar sem medo de defender seu território e o Bem Viver de seu povo.

Em Pernambuco chamamos estas guerreiras de Mulheres da Tradição e vamos historiar um pouco a vida de algumas delas a partir de suas contribuições em cada povo.

A IMPORTÂNCIA DESTE LIVRO PARA NOSSOS POVOS

Rita de Cássia dos Santos, *Pankararu*
Ivanira Orcelina dos Santos, *Truká*

O livro Mulheres Indígenas da Tradição traz o rosto, o corpo, os sorrisos, a beleza e a história das grandes guerreiras dos nossos povos. Para nós mulheres indígenas este livro é de grande importância, pois cada trajetória de vida aqui escrita traz múltiplas experiências vividas que representam, de forma expressiva, verdadeiras histórias de luta que marcaram o tempo em nossas aldeias. São histórias de mulheres que se dedicaram ao povo e contribuíram na luta pelo território sagrado.

Os livros de autoria indígena passaram a ser importantes registros dos modos de vida e da resistência dos povos. Até certo tempo atrás nossos conhecimentos eram vivenciados apenas na oralidade dos/das mais velhos/velhas e beber na fonte dessas sabedorias sempre foi para os/as mais novos/as uma riqueza. Não havia o registro através da escrita e da filmagem, essa prática surge quando retomamos a educação escolar que estava nas mãos dos não índios para fins de manutenção dos ideais da colonização. Mas, no ano de 1999, decidimos que a Educação Escolar Indígena passaria a retomar os processos de fortalecimento da identidade e dos saberes de cada povo, então, neste contexto, apostamos em todas as formas de registro e continuamos a fortalecer a oralidade. Passamos agora a registrar de todos os modos a nossa própria história, do nosso jeito e com nosso olhar. É o registro a partir da perspectiva indígena!

Assim, este livro veio reafirmar a história e memória das nossas guerreiras e contribuir para os processos de aprendizagem na escola indígena. É resultado de um esforço coletivo junto com o movimento de mulheres indígenas em Pernambuco, uma produção que fará parte do nosso dia a dia na aldeia e em nossas escolas.

A pesquisa foi realizada por mulheres indígenas e esse método foi relevante por incentivar nossa relação com a oralidade dessas detentoras do saber e do fazer tradicionais. Elas se sentiram valorizadas por essa homenagem e nós, pesquisadoras, também ficamos felizes em assumir esta responsabilidade de forma coletiva, orientadas também dentro da tradição e da religiosidade de cada um de nossos povos.

Do nosso ponto de vista, o fato da pesquisa ter sido feita por nós mulheres indígenas, colocou em evidência os saberes tradicionais femininos no contexto dos debates sobre equidade de gênero, nos posicionando enquanto autoras na mudança do cenário de invisibilidade da mulher no movimento indígena.

Resulta de uma intensa troca de olhares, de conhecimento e de cosmovisão presentes na história e na memória das nossas guerreiras indígenas. Hoje nos sentimos honradas em homenagear essas mulheres que tanto somaram à luta, representam histórias que são ao mesmo tempo individuais e coletivas. A produção deste livro tem sido uma oportunidade imperdível para o registro histórico de personagens femininas que fazem a resistência indígena no Nordeste.

MULHERES
DA TRADIÇÃO

MULHER INDÍGENA DA TRADIÇÃO ATIKUM

Dona Ana { *Ana Olindina da Conceição*

LARA ERENDIRA

por ***Nayara Tayná Leite Silva***

No povo Atikum há muitas mulheres guerreiras, entre elas Dona Ana Olindina da Conceição, nascida em casa no dia 03 de março de 1940. É filha de Vertuosa Ana do Espírito Santo e de Antônio João da Silva, neta de Ângelo Caboco da Silva e Ana Roberta da Silva. Casou com Heronço Livino Filho com quem teve dez filhos e filhas: Maria Cleonice, Rosineide Ana, Antônio José, Edivânia Ana, Pedro Heronço, Edivaldo Heronço, Edvan Heronço, Ednalva Ana, José Heronço e Maria de Lurdes.

Dona Ana morou na aldeia sede da Serra Umã desde que nasceu até sua partida deste mundo no ano de 2015. Ela conta que passou por muitas dificuldades para sobrevivência e nos tempos de seca comia com sua família mucunã, macambira, broa do catolezeiro e, para saciar a sede, bebiam da cafofa do umbu e da parreira, esta última uma árvore encontrada na caatinga que se cortava o galho dava mais de 1 litro de água!

Quando moça teve seus filhos e nesta época vivenciou uma seca grande. A roça não dava o alimento, então ela precisou migrar da aldeia para a beira do rio são Francisco a fim de trabalhar no plantio de feijão, milho e macaxeira. Levou consigo os filhos mais velhos para ajudarem na roça e deixou os mais novos com o pai na Serra do Umã.

Na década de 1980 passou a atuar como liderança do povo e desde então começou a acompanhar as reuniões e os movimentos dentro e fora do povo. Nesse tempo o cacique Atikum era Elzo Nélio da Silva, e o povo Atikum estava muito atuante no movi-

mento indígena ao lado de Xicão Xukuru e demais lideranças do Nordeste. No ano de 1995 Elzo entregou o cargo então as lideranças se reuniram e escolheram Dona Ana para cacique. As lideranças que a apoiaram nesta época foram: Gelson Livino filho (Senhor Pretinho), José Heronço de Lucena (pajé na época), Francisco Alexandre da Silva (Chico de Raquel), Ivan José dos Santos, Sideval Minervino da Silva, Firmino Domingo, Édson Gabriel da Silva, Jose Severo, Seu Severino, Augusto de Oliveira (atual pajé), Elzo Nélio da Silva (ex cacique na época), entre outros.

Ao assumir o cacicado no povo Atikum Dona Ana tinha 50 anos de idade, tendo sido a primeira cacique mulher do Brasil que se tem conhecimento nesta época. Ela conta que o cacique Elzo foi atuante na luta junto com o cacique Xicão Xukuru e conquistou muitos direitos ao nosso povo nas áreas da Educação, Saúde e pela demarcação do território. E quando ela entrou como cacique deu continuidade a este trabalho e reforçou essa luta junto com as lideranças do povo. A partir de então Dona Ana foi muito envolvida no movimento indígena, participando das reuniões e de várias viagens para Recife e Brasília. O resultado do seu comprometimento com o povo foi a conquista da homologação da Terra Indígena Atikum, em 16.290 hectares, no ano de 1996.

Mas para isso acontecer as lideranças passaram por muitos enfrentamentos, pois não tinham nenhuma ajuda financeira e a dificuldade de transporte também era muito grande na época. Eles faziam as viagens por conta própria e a comunidade também ajudava doando alimentos para a viagem. Neste tempo de Dona Ana a organização dos povos indígenas de Pernambuco era mobilizada através do cacique Xicão Xukuru, ela conta que ele andava por todos os outros povos reunindo as lideranças, fazendo grandes

(da esq. para dir.) Dona Ana, Emília Pankará e Senhora Pankará

assembleias nas quais tiravam as decisões para fazer os movimentos e reivindicar os direitos dos povos.

Além de sua contribuição como cacique, Dona Ana também foi benzedeira e parteira. Aprendeu a rezar com a velha Teresa que morava na aldeia Casa de Telha na Serra Umã que ensinou-lhe as nove colunas de reza: quebrante, vento caído, atalhação de fogo, atalhação de sangue, sol na cabeça, dor de cabeça, espinhela caída, dirmitimento de osso e outras. Aprendeu a ser parteira com a índia Maria da Penha e conta que pegou várias crianças na aldeia e nunca ocorreu nenhum imprevisto.

Dona Ana é considerada por nós Atikum uma mulher da tradição, pois com ela muita coisa mudou no

povo Atikum. Ao lado das demais lideranças do povo conquistamos o acesso as políticas públicas que têm permitido mais qualidade de vida ao povo. Antigamente na saúde era tudo mais difícil, quando adoecia uma pessoa na comunidade tinha que colocar em uma rede e ir a pé por um atalho para a cidade mais próxima e muitos não resistiam e acabavam morrendo no caminho. Na educação não tinha escola na aldeia e os pais não tinham condições de mandar os filhos para a cidade. Quando conseguimos uma escola na aldeia, os professores não eram indígenas e só ensinavam a cultura do branco. E nosso território não estava assegurado pelo Estado brasileiro. Atualmente, parte do nosso território está homologado, na saúde há equipes multidisciplinares com médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem, dentista, auxiliar de dentista, os quais atuam dentro das comunidades fazendo acompanhamentos dos indígenas, além do agente indígena de saúde ser da própria comunidade. Na educação foram construídas várias escolas nas comunidades indígenas, a educação é especifica e diferenciada, todos/as os/as professores/as são indígenas, além da criação do ensino médio dentro do território.

Dona Ana é uma grande guerreira e homenageá-la neste livro é reconhecer a participação da mulher Atikum na luta indígena!

MULHER INDÍGENA DA TRADIÇÃO ENTRE SERRAS PANKARARU

Dona Hilda { *Hilda Bezerra Barros*

por ***Elisa Urbano Ramos***

Dona Hilda é um grande exemplo de mulher pelo legado construído na trajetória de luta e conquista dos direitos indígenas, tanto para os Pankararu, quanto atualmente para os Pankararu de Entre Serras. Dona Hilda Bezerra Barros é liderança, cacique e, sobretudo mulher, figura feminina de destaque com uma história de importante contribuição na vida do povo.

Nasceu no dia 11 de outubro de 1950 na Aldeia Serrinha, município de Petrolândia, lugar onde nasceram seus pais e avós. Chega a este mundo com a missão de contribuir ativamente com o projeto de futuro de um povo. Faz parte de uma família indígena numerosa que sobrevivia da agricultura em um tempo de bastante dificuldade para garantir a subsistência das famílias, pois o território Pankararu não estava livre dos invasores. Conforme afirma Dona Hilda, "nasci numa casinha de palha, quando a chuva vinha molhava tudo, tudo era muito difícil naquele tempo".

Diariamente as pessoas da aldeia chegam à casa de "Dona Hilda" ou "Tia Hilda", como é chamada, e a cumprimentam com carinho e respeito, e ela, com uma ternura de quem está à frente de uma grande família, abraça a todos e todas, ao corresponder as saudações já encaminha a busca de solução dos problemas na comunidade. É assim que a esposa de Domingos e mãe de Zenaide, Antônio, Mauricio e Zenailde vive o seu cotidiano na aldeia.

A vivência dela é ligada ao território, sua trajetória de vida e sua história estão relacionadas a esta terra. Pois, sendo o território Pankararu localizado no Sertão, Dona Hilda enfrentou inúmeros períodos

de seca. Ela conta que mesmo que fosse período chuvoso, para uma família numerosa sobreviver naquele contexto, era necessária a colaboração de todos. Desde criança trabalhou na roça para ajudar seus pais a criar seus irmãos, então, na fase de criança e adolescente ela trabalhou na enxada limpando e ciscando mato, plantando feijão, milho e mandioca; e ainda, com uma dificuldade maior que era a da terra não estar na posse dos indígenas, o que resultava para os mesmos em arrendar terra aos não índios, ou seja, aos posseiros. Como afirma Dona Hilda: "eu trabalhava cinco dias na semana de alugado. Trabalhava alugado quando a gente cresceu, trabalhava e dava a minha mãe para ir para a feira, era todo mundo, a gente ralava a mandioca, roçava e ciscava mato".

E na condição de mulher agricultora trabalhava "de alugado", da mesma forma que trabalhavam os homens, realizando o mesmo trabalho e já havia a desvalorização financeira, pois como explica "sempre as mulheres ganhavam menos que os homens". Nós Pankararu somos por tradição agricultores/as e, antes da retomada do território, havia vários tipos de acesso à terra: arrendada, trabalho alugado nas propriedades alheias e cultivo em pequenas propriedades. O que significa que as dificuldades não eram ocasionadas por falta de coragem para trabalhar e sim pela falta de terra. Acontece que falar da terra é referir-se a um contexto de fé e envolvimento com a tradição por meio da qual a história de lutas e conquistas sobrevive, pois não estamos falando apenas de sustentabilidade física, mas também espiritual.

A LIDERANÇA HILDA BEZERRA BARROS

Foi convivendo com essa realidade de negação de direitos que a mulher Hilda constatou que alí se firmava uma realidade que era inaceitável. Desde a sua infância ouvia dos seus antepassados quais eram os limites tradicionais do território do nosso povo. Sendo assim, a partir da indignação de ver os posseiros explorarem a necessidade dos índios de ter acesso à terra, se firmou como liderança juntamente com as demais lideranças

na década de 1970. A retomada das terras sempre foi a principal bandeira de luta de nossas lideranças.

Além do foco na reconquista do território físico, há outras características destas lideranças, pois a maioria delas são pessoas que zelam pela preservação dos rituais e da tradição, estão intrinsecamente envolvidos/as no cotidiano da aldeia e na forma de vida Pankararu. Dona Hilda se tornou uma importante liderança porque detém duas características muito importantes para se firmar como líder em nosso povo: o dom de captar os ensinamentos dos nossos ancestrais para buscar as forças espirituais e o entendimento para contornar as problemáticas internas; a disposição de buscar soluções externas quando for o caso. As soluções externas são as

buscas incessantes por resoluções administrativas referentes à terra, à saúde, à educação e à sustentabilidade, ou seja, negociação com as instituições do Estado e parcerias com organizações não governamentais.

A participação na conquista da terra é um dos elementos que fazem parte da história de Dona Hilda como algo vitorioso e para entender sua trajetória precisamos falar do contexto histórico. Na atualidade a etnia Pankararu é dividida administrativamente em duas terras, a primeira tem 8.100 hectares homologados em 1987, mas não foi satisfatório, pois na memória do povo a área total correspondia a um quadrado perfeito, com 14.294 hectares doados pelo Império. Essa informação está nas histórias e ensinamentos deixados pelos nossos antepassados, passado de geração para geração. Todavia, o governo foi ardiloso e naquela ocasião, década de 1980, trinta e três lideranças acabaram concordando com a Funai em relação aos 8.100 hectares, portanto renunciaram à demarcação do total da área.

Diante dessa injustiça na primeira demarcação, foi dada continuidade à luta pela terra. Um grupo de lideranças que discordou da proposta da Funai deu continuidade à luta por esse complemento da terra e neste grupo estava a guerreira Hilda.

Por ser uma mulher muito sábia, foi à casa de uma grande liderança do nosso povo, João Tomaz, hoje falecido, e começaram a trabalhar no sentido de recuperar o restante da terra. A partir daquela decisão, resolveram mandar seis índios para Recife, onde era sediada a Diretoria Regional da Funai e na aldeia entraram em ação os demais índios abrindo as picadas pelos limites da terra. Depois, foram à Brasília, falaram com o presidente da FUNAI e ele mandou uma equipe para identificar a área. A ida à Brasília foi um sofrimento grande, pois as lideranças passaram frio e fome, mas hoje, quando aquele momento é lembrado, há um alívio: “valeu a pena”. Depois que a equipe veio e identificou a área houve a demarcação nos anos 2006/2007 e depois o presidente da República assinou a portaria da homologação da terra, assim explica a segunda Terra Indígena chamada Entre Serras de

Pankararu com 7.294 hectares. Isso tudo com o acompanhamento constante das lideranças - algumas delas já não estão entre nós - como Zé Luzia, João Tomaz entre outros. A luta atualmente é para a Funai concluir a extrusão do território, retirar todos os posseiros.

Na Terra Indígena Entre Serras há trezentas famílias e nossa cacique não esconde a satisfação de ver as terras de nossos ancestrais em nossas mãos e diz: "tenho muito orgulho de ser Pankararu", pois, apesar de serem duas terras e duas organizações sociais, essa conquista de Entre Serras nos deixou mais fortes politicamente e em relação à tradição.

O fortalecimento da nossa tradição está em primeiro lugar: "Meu envolvimento com a tradição é muito forte, tenho muita fé. Me sinto muito forte porque as crianças estão na tradição, no futuro quem vai ficar são as crianças e que continuem com a tradição! ", diz Dona Hilda. Esse é o maior ensinamento da nossa líder, Dona Hilda deposita na Educação Escolar Indígena uma perspectiva de futuro muito grande quando afirma: "Como boa lembrança tenho a terra, a tradição, a educação e a parte da saúde, embora temos nossos pajés e nossa terra tem ainda muitas ervas medicinais. Que os professores de arte ensinem as crianças, que todos conheçam cada planta e para que serve. Que as professoras ofereçam uma educação de qualidade".

Dona Hilda mora há dez anos na aldeia Mundo Novo, mas não se sente segura, pois é constantemente alvo de ameaças devido à luta pela terra. Ela está no Programa Estadual de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos de Pernambuco: "quando eles me veem, falam que estou na mira. Eu nestes tempos me recuso até a ir à feira, porque eles não me olham com bons olhos" diz referindo-se aos invasores da nossa terra.

Quando ouvimos a história de vida de Dona Hilda acessamos uma trajetória de 45 anos de liderança, é uma história de vida muito importante. Por isso, se faz necessário a cada dia repetir a história de luta e conquista, contar para as crianças, relembrar para os adultos, qual a importância da terra para o Povo de Entre Serras. Nossa cultura é atravessada pela herança patriarcal do machismo, Dona Hilda bem como outras guerreiras indígenas, são exemplos ao romper com esses maus costumes adquiridos na relação de contato com o colonizador. Portanto, ela é admirada e respeitada por homens e mulheres. Quando perguntamos o que ela acha do papel da mulher na sociedade e na aldeia, ela diz: "Eu quero que elas sejam guerreiras igual a mim". Define como importante o movimento de mulheres, pois apenas as mulheres sabem o que querem para si e como nossos ancestrais, Dona Hilda valoriza o lugar e a luta da mulher no nosso contexto social.

MULHER DA TRADIÇÃO KAMBIWÁ

Dona Valdira { *Valdira Ana da Silva*

por ***Edivanha Bezerra da Silva***

Valdira Ana da Silva, conhecida como Dona Valdira, é agricultora, artesã e uma importante mulher no ritual do nosso povo. É guerreira, luta por seus ideais, sempre busca preservar os costumes e valores do nosso povo e repassar sabedoria para os/as mais jovens, para que a cultura Kambiwá seja fortalecida. Nasceu no dia 25 de abril de 1953, na aldeia Baixa da Alexandra, território do povo Kambiwá. É filha de João Amâncio da Silva e Maria Ana da Silva. Com a família aprendeu a agricultura, o artesanato, o ritual e os valores da sociedade Kambiwá os quais carrega até hoje. Aos 18 anos casou-se com Ivan Pereira da Silva, conhecido como Seu Ivan, uma importante liderança de nosso povo e, juntos, tiveram 14 filhos.

Desde pequena Dona Valdira aprendeu a fazer artesanato e, com o conhecimento cedido pelas forças da Natureza Sagrada, foi aprimorando-se em criar os objetos que são importantes para os rituais sagrados de nosso povo. Além do trabalho com a fibra do caroá, aprendeu a criar com madeira, palha do ouricuri, sementes, entre outros.

Durante todo o processo de confecção das roupas dos rituais, ela diz que canta muito e explica o passo a passo: arranca o caroá, depois tira os espinhos, faz o fio e traz para casa. Os fios são contados por dúzia para ter a noção do tamanho da peça que se quer fazer. Depois do caroá ser batido, é espremido, lavado e posto para secar. Em seguida, são feitas as cordinhas para poder confeccionar os artesanatos. Os objetos rituais confeccionados por ela são: a roupa do Praiá, a saiota

para dançar o Toré e o aió, que é a bolsa de caroá símbolo do povo Kambiwá.

Aprendeu com as pessoas mais velhas o Toré e o Praiá. O Praiá é um ritual dos nossos antepassados e é também como chamamos a roupa feita da fibra do caroá, que vai da cabeça até os pés. Enquanto ritual, é realizado nas noites de lua cheia, onde são invocadas as Forças Encantadas para iluminar o nosso povo e ajudar na resistência Kambiwá. Nesse caminho, Dona Valdira também se fez Mãe de Praiá, isto é, ser responsável de zelar por eles, os Praiás, sendo esta uma posição importante no ritual e ela fala com muita felicidade.

Ela diz que mesmo não sendo seus filhos de sangue, esses jovens apadrinhados por ela são considerados filhos – filhos de Praiá – são seus filhos no ritual. No terreiro ela participa ativamente: canta, dança, deixa tudo pronto para a realização dos rituais, além de ser uma grande motivação e inspiração para os mais novos participarem cada vez mais dos rituais e irem dançar o Toré.

Para Dona Valdira muita coisa mudou desde antigamente, uma das coisas que ela menciona são os hábitos alimentares: "antes, a gente caçava e hoje, a caça está muito mais difícil porque os fazendeiros (invasores da terra indígena) desmataram muito a caatinga". Também conta que antigamente as matas eram muito verdes, naquele tempo tinha imburana, coqueiro Ouricuri, caixa a cumbri, facheiro, mandacaru e caroá. Quando era no tempo do coco da palmeira Ouricuri, muitas das sementes eram comidas e vendidas, Valdira fazia muitos colares para vender com a semente do ouricuri. Ela conta que vendia o fruto do imbu e que caçava. Haviam muitos animais na mata como o tatu peba, tamanduá, cutia, preá, veado, muitos tipos de passarinho. Caçavam muito

para comer, conheciam inclusive as horas que as caças estavam andando para pegá-las no mato.

A Terra Indígena Kambiwá foi regularizada na década de 1990, a homologação foi em 1998. Para conseguirmos nosso território de volta fizemos muitas retomadas, foi muita luta da comunidade até que o Estado brasileiro regularizou. Antes da demarcação, a família de Dona Valdira trabalhou na terra dos fazendeiros como rendeira, durante muito tempo o sustento dependia desta condição de empregado na própria terra.

Dona Valdira me contou que o nome Kambiwá significa "volta à Serra Negra", que é o local de origem do nosso povo. Muitos dos nossos antepassados saíram de lá expulsos, sob pressão e sofrendo humilhações, perseguidos por fazendeiros e grileiros que tinham interesse na Serra. Apesar da incansável resistência, a violência do colonizador foi grande e se deu a expulsão dos índios da Serra Negra. A estratégia de permanecer no entorno do nosso lugar de origem foi construir moradia na localidade Baixa da Alexandra, nossa primeira aldeia fora da Serra Negra e depois deu-se a formação das demais aldeias constituindo nosso território no século XX até os dias atuais.

Atualmente, nosso território tem oito aldeias reconhecidas: Nazário, Serra do Periquito, Pereiro, Santa Rosa, área de Retomada, Baixa da Alexandra, Tear, Ingá; e ainda há a aldeia Peitudo em fase de reconhecimento.

Dona Valdira atua na luta do nosso povo há muitos anos, nesse caminho acompanhou de perto muitas perseguições e preconceito contra os índios, tanto dos fazendeiros como da polícia. Muitas lideranças foram perseguidas, ela conviveu com essa perseguição contra a sua família, seu esposo Ivan chegou inclusive a ser preso e torturado no tempo da

ditadura militar. Apesar da perseguição sua família não desistiu da luta, Seu Ivan foi um dos guerreiros que acompanhou o movimento indígena na Assembleia Constituinte na década de 1980 em Brasília, que resultou nas conquistas dos nossos direitos na Constituição Federal de 1988. Enquanto Seu Ivan estava em Brasília, Dona Valdira garantia a luta cotidiana no território, seja para assegurar o sustento da família através do artesanato ou ainda para juntar as forças rituais que davam a sustentação ao movimento indígena em Brasília. Ao lado dos filhos, filhas e dos parentes praticavam o ritual pedindo proteção às forças encantadas.

Outra luta que Dona Valdira tem amplamente contribuido é pela Educação Escolar Indígena. Hoje a realidade da educação escolar em nosso povo mudou, temos escolas indígenas em todo território, nessas escolas são os próprios indígenas que ensinam. Nesse caminho, Dona Valdira, com toda sua sabedoria, foi professora de arte indígena de sua aldeia, na área de Retomada, sempre procurando repassar para as crianças a importância da valorização da cultura para o fortalecimento da identidade do povo Kambiwá. É uma mulher muito sábia, ela mesma não frequentou a escola quando jovem, o que aprendeu foi na lida cotidiana através da natureza sagrada.

MULHER DA TRADIÇÃO KAPINAWÁ

Dona Helena { *Helena Maria da Silva*

por ***Robevânia Roseles da Silva Beserra***

A luta das mulheres indígenas é muito importante para o nosso povo. As mulheres são na maioria das vezes as responsáveis pelo sustento da família, além de ser destinada a elas a criação dos filhos, a passagem dos valores, muitas vezes elas não são respeitadas e valorizadas, não é reconhecida a sua luta árdua de todos os dias. Dona Helena é um exemplo dessa mulher batalhadora do nosso povo.

Dona Helena Maria da Silva nasceu no dia 18 de fevereiro de 1930, na aldeia Riachinho, Terra Indígena Kapinawá. Sua mãe Nazarina Maria da Conceição era da aldeia Riachinho e seu pai, Manoel Pereira da Silva, era da aldeia Maçaranduba. A mãe de Dona Helena teve mais sete filhos, cinco mulheres e dois homens todos nascidos na aldeia Riachinho.

Dona Helena nos conta que sua mãe não tinha condições financeiras para manter os seus filhos, por isso outras pessoas queriam cria-los, mas era uma mulher guerreira e não permitiu, apesar das poucas condições criou a todos. Depois que ficaram grandes espalharam-se por aqui e outros foram para a aldeia Nazário na Terra Indígena Kambiwá; nós aqui de Kapinawá temos vários parentes em Kambiwá por conta dessas migrações.

Casou-se em 1952, aos 22 anos de idade, com João Amâncio da Silva. Nessa época foi morar na aldeia Malhador, onde já morava a família de seu companheiro. Ela conta que quando veio morar no Malhador só existiam dois ranchos de palha, um de seu

sogro Manoel Amâncio da Silva e o outro do tio do seu esposo, que tinha o mesmo nome de seu marido. Na época também havia outra família que morava na região, em uma furna que tem na Serra do Malhador, a família de Seu Raimundo Marcos. O acesso para o Malhador se dava pelas veredas, pequenas trilhas que existiam pela caatinga, a estrada que tem hoje só foi aberta anos depois.

Dona Helena teve cinco filhos, três estão vivos e dois faleceram, ela também tem uma filha de criação. Para criar seus filhos deu muito leite de cabra, quando tinha, mas quando não tinha dava a garapa, que é a água com açúcar, ou ainda papa de farinha. Ela menciona que a criação dos filhos antigamente era muito diferente da criação de hoje e havia muitas dificuldades porque o território não estava livre só para os índios.

Durante toda a vida trabalhara na roça, com a agricultura para a sobrevivência, plantando a mamona, algodão, milho, andu, feijão de corda e mulatinho. Quando era bem cedinho fazia o café (de caco) e a bolacha era farinha. Passaram por muitas dificuldades, principalmente nos períodos de seca, acompanhada do marido buscava caças na caatinga para alimentar os filhos. O acesso à água também era difícil, tinham que sair do Malhador até o Riachinho, aproximadamente 13 quilômetros de distância, a pé, e voltar com um pote de água na cabeça. Nas sextas-feiras juntava tudo que era de roupa suja para lavar no Riachinho, e levava seus filhos.

Ela frequentava a cidade somente para vender chapéus e com a renda complementava o alimento para a família. Neste tempo não havia carros para se deslocar até a cidade, e nem estrada principal, como hoje existe, com a via que leva até a Vila do Catimbau. O deslocamento era pelas veredas da ca-

atinga e passava no Brejinho, na Palmeira, na Ingazeira, para poder chegar perto da entrada que vai para o Catimbau.

Ainda falando sobre os tempos antigos, Dona Helena trouxe à memória a importância do conhecimento sobre as plantas medicinais que aprendeu com os mais velhos, "a medicina tradicional é melhor do que os remédios que os médicos passam" ela me disse. Segundo Dona Helena, antes não havia médico e nem remédio de farmácia, a medicação era feita pelas pessoas mais velhas, utilizando plantas e raízes conhecidas com as quais faziam chás, lambedores e outros. Ela diz que o bom disso era

que utilizavam as plantas que colhiam na caatinga e no terreiro mesmo, plantas que já conheciam.

Entre todos os assuntos, Dona Helena destacou que um dos maiores desafios do nosso povo, hoje, é completar a demarcação de parte do nosso território, pois ainda há uma área que não está regularizada. Nossa luta atual é contra o Parque Nacional do Catimbau, uma Unidade de Conservação que foi criada sem que o nosso povo fosse consultado e se sobrepondo a várias aldeias do nosso território. Neste tipo de Unidade de Conservação é proibida a moradia de pessoas, dessa forma sempre somos ameaçados pelos órgãos do governo federal de ter que sair do nosso território, do local em que construímos nossas vidas desde o tempo dos mais velhos. Dona Helena contou que ela chegou a participar de uma reunião no tempo da criação do Parque Nacional, relata que foi chamada pelo pessoal do Ibama e nessa reunião o governo queria que ela assinasse um documento, para sair da sua aldeia, porém ela disse que não concordava e não assinava nada, pois não ia sair de sua comunidade.

As melhores lembranças de Dona Helena estão relacionadas aos cantos e danças de nosso povo. Quando era criança sempre brincou de samba de coco com os seus primos, primas, irmãos e irmãs, com quem aprendeu a cantar e dançar. Ela conheceu o Toré em suas idas para Kambiwá com a sua irmã, e depois o Toré começou a ser praticado aqui em Kapinawá também. Nesse movimento juntamos o samba de coco e o Toré e criamos o Samba de Toré. Dona Helena dança e canta tanto o Toré quanto o samba de coco.

MULHER DA TRADIÇÃO PANKAIWKA

Dona Maria { *Maria Antônia da Silva*

por ***Eliane Vieira da Silva***

Maria Antônia da Silva nasceu no dia 03 de janeiro de 1954, filha de Manoel Joaquim de Souza e Antônia Maria de Jesus é natural da aldeia Geripancó, no estado de Alagoas. O povo Geripancó e o povo Pankaiwká são pontas de rama do povo Pankararu, ou seja, somos todos parentes e nossa origem é o tronco velho Pankararu.

Ela é uma mulher consciente de seus deveres na tradição indígena e desde criança aprendeu com seus pais e avós a importância da luta pelo seu povo e nunca se negou diante dos obstáculos que surgiram na trajetória de resistência dos povos indígenas. Dona Maria Antônia morou entre seu povo Geripancó até os 35 anos de idade, portanto sua infância e juventude foram vividas por lá. Atualmente reside na aldeia Pankaiwká desde o período da retomada do território (fazenda Cristo Rei), no início deste século.

As suas narrativas sobre a resistência indígena no Nordeste trazem informações do seu povo Geripancó que vive em Alagoas e isso tem grande importância para nós, pois conhecer as trajetórias das pontas de rama é uma forma de manter o povo relacionado, sem se perder. Dona Maria conta que houve um período de muita dificuldade em Geripancó, a terra não estava demarcada, o povo não tinha as condições para garantir sua sobrevivência e sofria principalemente com a falta d'água.

Sem acesso a água, ela e sua família foram forçados a iniciar mais uma migração, e mudaram-se para um povoado na região conhecida por Volta do Moxotó, em Pernambuco, município de Jatobá. Este lugar é bem próximo ao território de origem, o Brejo dos

Padres, é um lugar que tem água, pois é beira do Rio Moxotó. Ao chegar, adaptou-se logo, e alí se estabeleceram para terminar de criar os filhos.

A escolha deste lugar não foi aleatória, ou apenas por causa do rio, conta Dona Maria que na Volta do Moxotó tinha um local chamado "Alto do Zé Onça" onde os índios se encontravam para fazer o ritual tradicional. Neste lugar também moravam algumas famílias indígenas, então teve início a união diante da necessidade de terras para trabalhar, viver e fazer os rituais sem ameaça dos não-índios. Assim começam as lutas pelo territorio e as conquistas do povo Pankaiwká.

Foi neste período de luta pela terra que Dona Maria começou a se destacar no povo, quando se uniu aos seus parentes no processo de retomada de um território vizinho ao povoado da Volta do Moxotó. Segundo conta, aquelas famílias indígenas da Volta do Moxotó se reuniram e com seus filhos vieram à luta. Naquele momento as dificuldades surgiram, aproximadamente 100 famílias se abrigaram na "fazenda Cristo Rei" no início da luta pelo território. As pessoas vieram sem nada e dentro da fazenda existiam três casas que eram usadas para guardar materiais de irrigação. Então, muitas daquelas famílias se abrigaram dentro de um salão, dormiam todos juntos, crianças, adultos e alguns idosos, mas a maioria das famílias tiveram que dormir debaixo de árvores na beira do rio. Algumas faziam suas barracas com saco de náilon, mas não escapavam dos insetos. Dona Maria presenciou todos os momentos difíceis do povo que hoje é o povo Pankaiwká.

Nessa história é importante recordar o papel mais importante que Dona Maria desempenhou além do seu esforço para fortalecer o povo diante dos problemas. Naquele tempo não havia comida, receberam alimentação de um órgão público, mas como as famílias estavam trabalhando na área retomada para plantar, Dona Maria se encarregou de cozinhar para todos. Ela cozinhou dias e dias, até que todos se instalassem naquele território. E assim foi até cada família adquirir condições de cozinhar sua própria comida. Desde então as coisas foram melhorando e com o tempo todos estavam plantando, pescando e caçando.

Diante de muitas lutas Dona Maria não desistiu, ela trabalha até hoje ao lado de seu povo, é participativa, atenta aos acontecimentos bons e ruins e pronta para aconselhar e ajudar seus parentes indígenas. É uma mulher da tradição e está disposta nos momentos de rituais. Ela participa principalmente da organização de comidas e bebidas nas festividades tradicionais. Seu percurso de vida foi de Geripancó (AL) para a Volta do Moxotó (PE), até a Fazenda Cristo Reis, que hoje é a Reserva Indígena Pankaiwká.

Essa guerreira é uma mulher que não tem medo de falar a verdade, pois seus antepassados da aldeia Geripancó lhes ensinaram que a vida nos foi dada para lutar!

Ela diz que hoje se sente feliz com as conquistas do seu povo e nos ensina que na luta indígena as conquistas chegam a cada tempo, sendo o mais importante manter o seu povo forte e preparado.

DE
DEUS
Fevereiro
Maio
Agosto
Novembro
Dezembro

MULHER DA TRADIÇÃO PANKARÁ

Dona Emília

Emília Olindina dos Santos

por ***Angelina dos Santos Silva***

Emília Olindina dos Santos, conhecida como Dona Emília, nasceu no dia 25 de maio de 1932, na aldeia Roçado, no pé da Serra da Cacaria, território do Povo Pankará. É filha de Olindina Maria de Souza e Olímpio Barbosa de Souza, naturais da Serra do Arapuá. Tem apenas um irmão que se chama Olímpio José de Souza. Dona Emília nasceu e se criou na Serra do Arapuá, filha de agricultores teve uma infância de aprendizados com sua família, aprendeu desde cedo a trabalhar na roça, a cuidar da terra, ao mesmo tempo em que aprendia os trabalhos domésticos com sua mãe.

Seus pais, juntos com as outras famílias tradicionais que habitavam a região da Serra do Arapuá e da Cacaria, praticavam os rituais nos terreiros localizados no território. Ainda criança, Dona Emília começou sua participação nos rituais, dançava o Toré e ajudava a cantar os toantes, aprendeu também a fazer orações e a pedir proteção aos Encantos de Luz.

Foi no convívio diário com as famílias que moravam próximas à sua casa, nas farinhadas e nos rituais sagrados, que conheceu Pedro Luiz dos Santos [pajé Pedro Limeira] e noivou aos 14 anos, com o consentimento de seus pais. E o casamento aconteceu em 1 de maio de 1949. Desta união vieram doze filhos, todos nascidos na Serra do Arapuá, alguns com ajuda das parteiras, outros sozinha. São dez homens e duas mulheres, sendo a filha Maria das Dores [conhecida como Dorinha], nossa cacica.

Dona Emília conta que na época foi muito difícil criar tantos filhos, pois a Serra do Arapuá já es-

tava toda invadida pelos fazendeiros e os índios não tinham autonomia. Como meio de sobrevivência para sustentá-los, ela e seu marido arrendavam terras e faziam roça, completavam renda com a produção de vassoura e corda de caroá. O artesanato, que aprendeu com seu pai, era vendido nas feiras de Belém do São Francisco e Floresta, bem como frutas cultivadas pela família, tais como: caju, pinha, banana, goiaba, abacate, entre outros.

Conta ainda que muitas vezes, nas épocas de grande seca, seu Pedro Limeira precisava sair a procura de serviços nas regiões ribeiras do Rio São Francisco e até em outros estados. Sozinha, a responsabilidade com a família e o sustento dos filhos, aumentava para Dona Emília. A preocupação ia desde a educação dos filhos às atividades da roça, enquanto a ajuda de seu esposo não chegava. Dona Emília conta que esse fato aconteceu por várias vezes, pois seu esposo precisava buscar o sustento para não ver sua família passar necessidade. Nos anos bons de chuva conseguiam alimentos como feijão, milho, batata, entres outros gêneros para passar o resto do ano até chegar a próxima época de plantio.

Dona Emília é uma mulher forte, que vivenciou junto com seu esposo e seu sogro, o senhor Luiz Limeira, a luta contra os posseiros da região para a garantia de nosso território tradicional.

Na década de 1940 acompanhou e participou de todo o processo de reivindicação pela posse do território junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), como também sofreu muito com toda a perseguição dos não índios e da polícia contra o povo Pankará e contra seus parentes e vizinhos Atikum-Umã. Esteve presente em um momento importante na história indígena desta região, quando seu povo decidiu subir à Serra Umã para ajudar no reconhecimento dos Atikum pelo SPI, que resultou na construção do Posto Indígena em 1949.

Foi uma conquista para o povo Atikum, mas não foi o mesmo para o povo Pankará, apesar de toda a participação nesta luta, o SPI e depois a FUNAI, renderam-se ao mandonismo dos fazendeiros e negaram o nosso reconhecimento oficial. Foram momentos de sofrimento e perseguições, momentos esses, vividos no período de 1940 a 1970. Dona Emília continuou educando seus filhos e filhas no ritual e sustentando os terreiros de Toré na serra junto as demais famílias tradicionais.

Somente no ano de 1999 o povo Pankará pode reiniciar a luta territorial e Dona Emília já era uma anciã. Junto ao seu esposo, o pajé Pedro Limeira, se une aos outros mais velhos e começam a contar para os mais novos toda a história do povo e como por muito tempo nossos direitos nos foram negados. A partir deste momento, a sabedoria dessa mulher na tradição do Toré e na organização da comunidade, foi fundamental à rearticulação dos Pankará como

Paixão de Cristo
PES

povo. Em 2009 vem a conquista do processo de regularização do território pela Funai.

Hoje, Dona Emília contribui para as pesquisas sobre a resistência Pankará através de sua memória, pois enquanto personagem que viveu e sofreu todo processo de luta, guarda toda sabedoria e a transmite para os mais jovens, sendo fonte viva de nossa história.

Relata com muito orgulho de ser a mãe de grandes guerreiros e guerreiras, da cacica Dorinha, de Maria Emília e Manoel Pedro, fortes lideranças que buscam incansavelmente melhorias para o Povo Pankará. Diz que esse orgulho é fruto de uma cultura que não deixou morrer, que apesar de todos os problemas que enfrentou, os perseguidores do povo não lhe tiraram o que tem de mais precioso, que é a sua identidade.

Atualmente, com mais de 80 anos de idade, conta Emília Olindina que vive rodeada do carinho de seus filhos/as, dos/as netos/as e bisnetos/as. Afirma com muita altivez que hoje pode dar aos seus familiares momentos de alegria, que as histórias vividas só servem para fortalecer a luta que foi e é muito intensa ainda. Diz ainda que não se intimida porque tem ao seu lado a força dos Encantados que protegem e orientam mostrando os sinais.

PEDRO LIMI
"Nasci índio. Não sei
lidando com animais
nas matas. Sou índio
e sabedoria aprendi
cagando, cuidando
sombras, saber
restias, analisar.
tinha a ciência e
primeiros índios.
nada escrito, aprendi
As matas só usa para
terra é viva, é a mãe
dos e dos animais. A terra é
criadora" (PEDRO LIMEIRA,
2012).

Paixão de Cristo

MULHER DA TRADIÇÃO PANKARARU

Dona Marinha { *Maria Francisca dos Santos*

por ***Jaqueline Maria dos Santos***

Maria Francisca dos Santos, conhecida como Dona Marinha, tem importante participação na cultura tradicional do povo Pankararu, pois ela é uma grande parteira. Nasceu em 1933, na aldeia Jitó, local onde mora até hoje. Sua mãe, Chiquinha, foi uma importante parteira do nosso povo e transmitiu à filha os saberes do parto, das ervas e das orações. Para nós Pankararu, o parto faz parte da tradição, por isso é um tipo de saber que começa no sagrado.

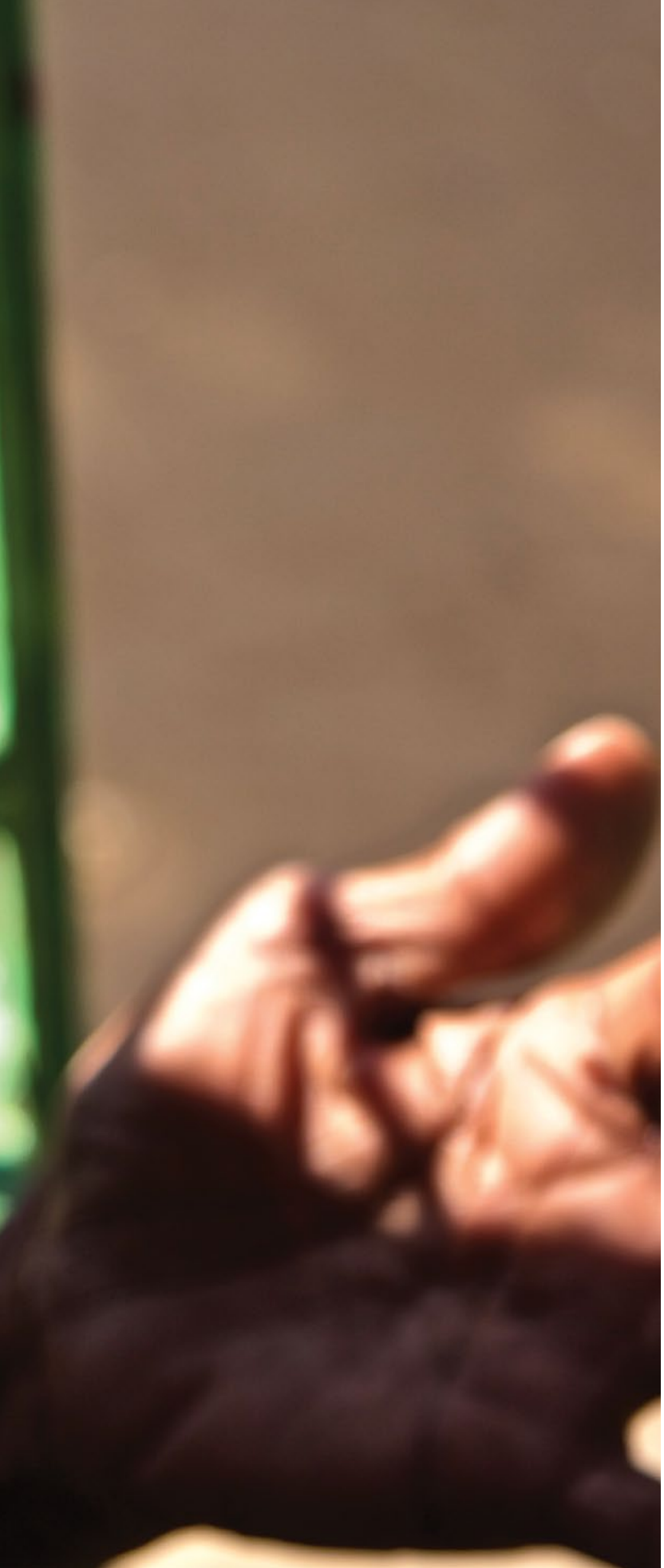
Aos 25 anos de idade Marinha é iniciada e começou a fazer parto acompanhada e instruída por sua mãe, o último parto fez aos 78 anos, essa criança que ajudou a vir ao mundo é filha de uma sobrinha. Dona Marinha conta que muitas vezes largava tudo, mesmo cansada, para atender as pessoas que vinham chamá-la para fazer um parto, porque ela gostava de ajudar ao próximo e se sentia feliz com o que fazia.

Durante a infância ouvia de sua avó a história de luta do povo Pankararu, " minha vó Lorença dizia que antes tinha muita riqueza de fontes de água, a terra era boa de plantio, por isso os fazendeiros tomaram as terras dos índios e expulsaram". Explica que foram muitas dispersões, mas a resistência no Brejo dos Padres foi maior até que conseguimos a demarcação das terras.

De todas as histórias e saberes do nosso povo, a felicidade de Dona Marinha está no dom de ajudar a trazer vidas ao mundo. Ela conta que na aldeia não tem alegria maior do que ver os pais e as mães felizes com a chegada de seu filho ou filha com saúde. Gosta

da hora de soltar os fogos avisando a todo mundo que o(a) filho(a) nasceu. Os pais soltam dois fogos se for mulher e três fogos se for homem.

Dona Marinha explica que as mulheres precisam de um grande repouso após o parto, por exemplo: não sentar de qualquer jeito, seguir um tipo de alimentação específica ensinada pela parteira, se banhar somente com remédios encontrados dentro da aldeia como marcela, arruda, casca de cajueiro, etc. São plantas medicinais do conhecimento das parteiras: a marcela serve para limpar as sujeiras do parto que ficam dentro da mulher, e hoje essa planta está reduzida na mata, encontra-se apenas na beira do rio. A casca do cajueiro se coloca de molho e a água é ingerida para ajudar a cicatrizar ou "fechar o útero" e também para fazer os banhos de assento. O mastruz também é usado para beber ou amarrar na cabeça para combater dores e infecção. A laranjeira é usada para acalmar os nervos, serve-se o chá após o parto. A catingueira é amarrada no pé da barriga por causa da morfina, para o útero voltar ao seu devido lugar.



Maria Francisca dos Santos é parteira, mulher guerreira e importante figura na nossa tradição, pois todos os anos é responsável por receber o cipó na tradição Pankararu chamada Flechamento do Imbu.

Ela pertence a uma geração familiar de parteiras tradicionais, domina um saber transmitido de geração para geração. Por muito anos fez o que sabe, com muita garra e satisfação, porque ela nasceu e cresceu dentro do saber da parteria. Permanece sendo importante na tradição, ela é a moça mais velha do terreiro sagrado do muricizeiro durante o ritual do flechamento do Imbu, que para todos é um momento único. Os índios chegam cantando o toante e tia Marinha, como também é conhecida, de forma firme e forte segura no cipó.

É mais lindo e emocionante quando ela entrega o cipó para nossos Encantados darem inicio ao primeiro ciclo da nossa tradição e neste momento passamos a saber se o cipó sobe ou desce, indicando se tem bom ano de colheita. Quando desce é ano ruim de seca, quando sobe é bom ano de colheita.

Dona Marinha é uma mulher Pankararu sábia, sempre reafirma, valoriza e fortalece a memória dos nossos ancestrais nos rituais, no uso dos remédios, nas orações, nas comidas e bebidas, passando de geração a geração seus saberes tradicionais.

Maria Francisca dos Santos é guerreira de tradição cultural, identidade, valor, história e memória. É uma mulher amada por nós.

MULHER DA TRADIÇÃO PIPIPÃ

Dona Lindalva { *Lindalva Roseno da Silva*

por ***Cilene Maria dos Santos***
Cordel: ***Alcione Alves Laurentino e Luciana Avelina da Silva***

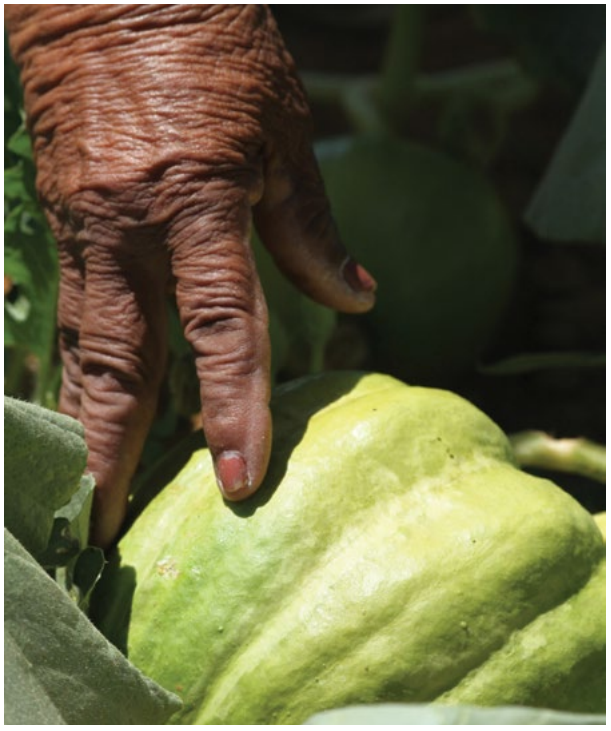
Lindalva Roseno da Silva nasceu no dia 20 de dezembro de 1939 na Lagoa da Jurema. É filha de Joaquim Roseno dos Santos e de Antônia Maria da Conceição.

Dona Lindalva é uma das mulheres mais velhas de nossa aldeia e por isso detentora de muita sabedoria. Ela conhece toda a história de luta e resistência do povo Pipipã, do tempo dos antigos até os dias de hoje. É uma mulher sábia na ciência do Toré e da Jurema, guardiã dos conhecimentos sobre nossos rituais.

Sua infância foi marcada por sofrimento, pois o povo Pipipã estava expulso do seu território e vivia sob a opressão dos não índios. Mesmo sem acesso ao território, sua família permaneceu no entorno, na região do sertão e no território dos parentes Kambiwá. O clima semiárido e a falta de terra impuseram muitas dificuldades aos seus pais que só conseguiam alimentar os filhos com alguns frutos da caatinga daquela época.

Conta que se criou na aldeia Kambiwá, na Serra do Periquito, junto com seus pais, cinco irmãs e três irmãos. O acolhimento do povo Kambiwá foi muito importante nesta época para a manutenção dos Pipipã e sua família. Ficavam migrando entre a Serra do Periquito e a Serra Negra. A Serra Negra é um território sagrado para o povo Pipipã.

Os pais de Dona Lindalva migravam muito em busca de trabalho, por isso ela recorda dos cuidados que recebera de seus irmãos "quem cuidava de mim eram meus irmãos mais velhos, a minha comida era



pão de macambira, de mucunã, e cheléu [xique-xique] assado. Também tinha a cafofa do umbuzeiro que era usada tanto para comer como para espremer e beber a água. Tirávamos também água do cravatá para fazer café e cozinhávamos a caça do mato, que era o peba, o tatu, o veado, o caititu e a cutia".

No mês de setembro do ano de 1960 a família passou a morar na aldeia Travessão do Ouro, local onde estão até hoje. Nesta época já era mocinha e no ano de 1962 se casou com um rapaz não indígena. No dia 11 de outubro de 1963 nasceu a primeira filha, nos anos seguintes viveu a maternidade sendo mãe de quatro mulheres e um homem.

Durante toda sua vida tem conduzido a luta do povo Pipipã orientada e protegida pelos nossos Encantados. Além do amor com suas filhas e netas, sempre zelou pela vida e saúde dos índios Pipipã e de qualquer pessoa que a procura, porque Dona Lindalva é detentora dos conhecimentos da nossa medicina tradicional. Através dela o nosso povo tem resguardado a ciência Pipipã e transmitido às gerações mais jovens, permitindo nossa existência enquanto povo. Para homenageá-la sua filha e neta contam porque Dona Lindalva é nossa guerreira através dos seguintes versos:

-1-
Vou falar para vocês
Com toda exatidão
A importância de Lindalva
Filha de Joaquim Roseno
Para nosso povo
Uma mulher da Tradição

-2-
Essa mulher de quem falo
Reside na aldeia Travessão
Quando você necessita
Ela lhe estende a mão
Reza de todos os males
Sem cobrar nenhum tostão

-3-
Reza de vento caído
Peito aberto, dor de dente
Nos animais ela cura
De mordida de serpente
E aqui na comunidade
Ela cura muita gente

-4-
Ela é mulher guerreira
Não podemos duvidar
Nos dias dos rituais
É a primeira a chegar
No Toré e na Jurema
Ela não pode faltar

-5-
Com 67 anos
Chegou a enviuvar
Ficou com seus 5 filhos
Pra dela cuidar
Mais dos 5 morreu 1
Ela não pode evitar

-6-
Ficou Lindalva Roseno
Nesse sertão sofredor
Cuidando de toda gente
Que sempre lhe procurou
Fazendo as suas curas
Com fé em nosso senhor

-7-
Ela sempre respeitou
A cultura e a tradição
Sempre pedindo ao povo
Que tenham união
Não abandonar a cultura
Em nenhuma ocasião

-8-
Lindalva é uma pessoa
Que gosta de ajudar
Com os seus ensinamentos
Ela segue a curar
Os guerreiros e guerreiras
Que vem lhe procurar

-9-
Ela é muito devota
Do padre Cícero Romão
Sempre vai ao Juazeiro
Fazer suas orações
Pedir para Jesus Cristo
Muita força e união

-10-
Quando vai ao Juazeiro
Tem fé no seu coração
Visita a casa dele
Do padre Cícero Romão
Pra lembrar a sua história
E fazer sua devoção

-11-
Contamos a importância
Que Lindalva tem pra gente
Guerreira amada por todos
Sempre foi mulher valente
Enfrenta qualquer obstáculo
Que parar à sua frente

-12-
Essa foi mais uma história
Que acabamos de contar
De uma guerreira Pipipã
Que com a gente sempre está
Motiva o povo todo dia
Para a luta enfrentar.

MULHER DA TRADIÇÃO TRUKÁ

Dona Marina

Marina Maria da Conceição

por ***Ivanira Orcelina dos Santos***

Marina Maria da Conceição nasceu no dia 7 de junho de 1923 na aldeia Umbuzeiro, filha de Pedro Ciriaco dos Santos e Maria Graciliana da Conceição, ambos naturais da Ilha de Assunção, território tradicional Truká, no município de Cabrobó (PE). Marina é agricultora aposentada e reside na mesma aldeia desde que nasceu, perdeu seus pais ainda pequena, não chegando a conhecê-los, foi criada por um tio e protegida pelos Encantos de Luz toda a sua vida.

Muito nova começou a trabalhar cuidando da casa, ia para o rio lavar roupas e fazia várias outras atividades. Marina teve uma vida muito humilde, mas sempre se fez presente na constituição da história do seu povo, trabalhava na agricultura plantando feijão, batata, mandioca entre outros. A mandioca era transformada em farinha e, como nesta época não tinha casa de farinha em Truká, ela atravessava o rio até a Bahia para usar a casa de farinha de José de Arfo, pagando uma porcentagem ao dono da casa de acordo com cada cuia de farinha produzida pelo agricultor. Durante a farinhada a massa fresca era lavada para a retirada da goma para fazer a tapioca. Quando se trata do modo de fazer essa tapioca fica dito que era da massa fresca misturada à massa seca e, em lugar da frigideira, era usado um caco de pote quebrado e o fogão era no chão e chamava-se trempe, por ser feito com três pedras; assim, a tapioca era feita para o café da manhã e seu preparo não levava coco.

Ainda sobre a agricultura, ela relata que no princípio o plantio era nas vazantes do rio São Francisco,

e quando ficava seco se jogava água com a cuia de cabaça e eram cultivados alimentos sem agrotóxico e de boa qualidade que serviam para o consumo familiar. Depois de alguns anos passou-se a produzir agricultura por irrigação e ainda com 80 anos de idade as pessoas exerciam atividades na roça, sem reclamar da vida. Em relação à alimentação, Dona Marina relata que se alimentava com o peixe e o pirão de batata, o qual era pescado por ela mesma, pois no seu percurso de vida também foi pescadora e pescava com anzol de vara.

Então, ela retrata um pouco da história do rio São Francisco, destacando que antigamente no rio havia uma série de peixes como traíra, dourado, mandim, surubim e outros, que ela pescava com facilidade. Hoje já não existem os mesmos peixes porque a construção da barragem de Sobradinho na Bahia alterou a vida do rio e os peixes desapareceram. Dessa forma fica clara a existência de situações difíceis referentes aos peixes e ao rio, o que preocupa as pessoas até hoje. Para os índios Truká, lutar pela defesa do Velho Chico é lutar pela existência do próprio povo, já que ele faz parte da vida de cada índio. Não existe Truká sem rio, nem rio sem Truká. Portanto, é necessário estar consciente de como lidar com o rio e com os peixes para evitar tantos problemas.

No ano de 1946 Marina se casou com Deodato José dos Santos, com quem teve sete filhos: Manoel, Sebastião, Antônio Pedro, Maria e Maria das Graças, mas dois destes faleceram ainda bebê e também se chamavam Manoel por terem sido batizados em casa. Por força do destino o casal se separou e Marina ficou sozinha com cinco filhos pequenos para criar, enfrentando enormes dificuldades e preconceitos, já que tempos atrás uma mulher separada não era vista com bons olhos pela sociedade. Mesmo assim, Marina não

era uma mulher de fraquejar, ela partiu para a luta e arregaçou as mangas, como diz o nosso povo, de enxada na mão partiu para o roçado e foi plantando na agricultura e colhendo que criou seus filhos.

Marina foi e ainda é uma grande guerreira, sempre se fez presente nos rituais do povo desde o início do reconhecimento da etnia Truká. Ela fazia parte e era muito importante nos momentos de Ciência e no Toré feitos por Acilon Ciriaco da Luz, seu tio, ao lado de outras companheiras de luta, e assim educou os seus filhos para a luta no próprio povo, sendo que seus filhos Manoel Deodato, Sebastião Deodato e Antônio Pedro (conhecido por Chofreu), foram lideranças que deram grandes contribuições nas lutas territoriais do povo Truká, desde o princípio das primeiras retomadas. Manoel Deodato faleceu no ano de 2003 e seu nome foi dado à escola indígena chamada Manoel De-

odato dos Santos na aldeia Caatinga Grande.

Diante da perspectiva de resgatar o território Truká, Marina não hesitou em fazer parte do movimento junto aos seus familiares, sua participação nos trabalhos de Toré começou muito cedo com seu tio Acilon Ciriaco da Luz, irmão de Pedro Manoel Ciriaco da Luz. Diz ela: "A gente achava bonito e ele cantando, começava junto com ele e quando pensava que não, "fulano" se manifestou, mais sempre isso cantando, dançando".

Marina foi uma das primeiras mulheres a dançar o Toré junto com Maria de Quinca, Maria Prosperina e outras poucas mulheres. Acilon as chamava para que elas pudessem dançar e receber os Encantos de Luz. O ritual sempre teve a participação de mulheres e de outros homens que abriam os trabalhos e cantavam os toantes, desde então vem sendo praticado, ao longo dos anos, nos dias de sábado e quarta-feira com a importante presença das mulheres no universo sagrado.

O Toré é um ritual sagrado que traz fortalecimento espiritual por meio de orientações dos Encantos de Luz, transmite sabedoria e está ligado à natureza. O Toré é uma dança para comunicação com o mundo sagrado e precisa ser praticado na aldeia desde a infância para que cada criança aprenda com os Encantados. Marina recebia os Encantos, os quais passavam orientações à Acilon e demais lideranças de luta, pois tudo que acontecia era com permissão dos Encantados de Luz. Então, ao perguntar desde quanto tempo ela trabalhava com os Encantos, Marina relata que quando começou ainda era moça! Era jovem e tinha 23 anos.

Em sua sabedoria Marina reflete sobre os desafios nos tempos de hoje para a relação entre a juventude e os mais velhos. Fala que falta respeito com as pessoas mais velhas: "a diferença que eu acho é porque antigamente os novos respeitavam os velhos". Ela diz que lhe deixa triste e indignada tudo que representa o desrespeito de algumas pessoas da nova geração, uma vez que respeitar os mais velhos faz parte do conjunto

dos valores que são importantes para o povo Truká.

Nesse sentido, parece importante refletir sobre o papel de cada pai e mãe na aldeia, assim como do cacique, das lideranças e de toda comunidade, de como atuam nas questão com a nova geração, diante da grande necessidade de fortalecimento dos nossos saberes, costumes e tradições, cabendo aqui um novo pensar.

Falar da história de vida de Dona Marina Maria da Conceição é não esquecer do protagonismo de uma mulher da tradição do povo Truká. Sua vida inteira compõe uma interlocução com o próprio mundo histórico da etnia Truká.

MULHER DA TRADIÇÃO TUXA

Dona Lourdinha

Maria de Lourdes da Silva Pajeú

por ***Sandra da Silva Pajeú Santos***

Dona Maria de Lourdes da Silva Pajeú nasceu no dia 17 de janeiro de 1960 em Lagoa Grande, filha de Alcides Cícero da Silva e Amélia Maria da Silva, pescador e agricultora, tem oito irmãs. Após a morte de sua mãe viu sua família se espalhar pelo mundo, suas irmãs e pai partiram para construir suas vidas em lugares diferentes.

Quando criança não teve a oportunidade de estudar, pois seu pai precisava das filhas para ajudar no roçado, na caça e na pesca para sobreviverem. Ela sofreu muito nessa época, a vida da família pobre no sertão era muito árida, apesar disto ela relembra que acreditava em um futuro bem melhor e que tudo seria diferente. Quando chovia no sertão tudo ficava mais lindo e com isso ela construía muitos outros sonhos, como fazem crianças de sua idade.

Toda sua infância foi marcada pela relação com a natureza, Dona Maria de Lourdes conta sobre seu tempo de menina, que tinha um hábito muito diferente das outras crianças, ela não podia ver nenhum animal preso que em seguida ela soltava. Seu pai ficava furioso quando caçava alguns pássaros para comer e ela, sentindo muita pena dos passarinhos, os soltava e dizia que os pássaros eram livres, pois Deus os tinha feito para voar e cantar para nos alegrar. No tempo da seca colocava um caco com água debaixo das árvores para os bichinhos beberem água, os camaleões, tatus, pebas, casacos e outros animais que passavam por aquele caminho à procura de água.

Aos 19 anos casou com Geraldo Hortencio Pajeú, índio Tuxá, com ele teve sete filhos e a sua primeira filha morreu ao nascer. Foi uma grande tristeza, ela conta que sofreu muito, mas os Encantos de Luz e Deus ajudaram na recuperação desse abalo em sua vida. O tempo passou e Maria de Lourdes engravidou novamente, teve um filho e deu-lhe o nome de Romildo cujo significado é "senhor da lança de prata", três anos depois teve mais um filho.

Durante essa época de moça nova, construindo sua nova família, o povo Tuxá passava por um período muito difícil de violação do seu direito territorial. Viviam um grave conflito com a Chesf (Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco) que tentava tomar as terras dos índios para construir a hidroelétrica de Itaparica. Os índios Tuxá, diante da ameaça da perda do seu território tradicional e pressionados a aceitar a remoção, brigaram bravamente, mulheres e homens, mas o poder

do dinheiro falou mais alto. O governo, junto com a Chesf, expulsou o povo Tuxá de sua terra, a ilha da Viúva, lugar histórico, morada dos nossos encantados das matas e das águas. Foi uma violência irreparável.

Com a expulsão do território Dona Maria de Lourdes e seu esposo Geraldo não tinham para onde ir com duas crianças pequenas. Ela descobriu que estava grávida novamente, foi ficando mais difícil, pois o povo Tuxá ficou dividido e disperso, não sabiam o que iriam enfrentar no futuro. No processo de negociações a Chesf comprou um terreno como indenização aos Tuxá e ao chegarem à nova terra nada encontraram naquele lugar. Na memória de Dona Lourdes esse foi um período desafiador, pois eles tiveram que reconstruir tudo novamente e se apresentava um grande obstáculo: construir uma nova aldeia para o povo Tuxá. Muitas lideranças e famílias, com amargura em seus corações, resolveram reconstruir suas vidas na cidade mais próxima, a cidade de Inajá. Lá procuraram emprego e se estabeleceram mesmo sendo humilhados e explorados na cidade.

Dona Maria de Lourdes e seu marido também foram para a cidade, mas não suportou aquele lugar, para

ela era uma prisão, pois vinha de uma vida num território autônomo. Na cidade, por mais que o seu esposo trabalhasse, o dinheiro não era suficiente para sustentá-los posto que a família havia crescido. Então ela resolveu fazer suas malas e partiu com seus filhos ainda pequenos para a nova aldeia. Seu esposo, ao chegar do trabalho, não encontrou ninguém em casa e saiu a procura dela. Na nova aldeia ela deu início aos plantios e a cuidar de alguns animais, como complemento da alimentação de sua família. E assim tudo recomeçou. A coragem do Dona Maria de Lourdes foi transformar um pedaço de terra em um território indígena.

Hoje a aldeia está erguida, muitos dos índios e índias que estavam na cidade seguiram o exemplo de Maria de Lourdes e foram para a aldeia. Lugar de índio é perto da natureza, nós cuidamos da terra, e gostamos de viver em comunidade.

MULHER DA TRADIÇÃO XUKURU

Dona Judite

Judite Rodrigues Cavalcante de Almeida

por ***Lucinéa Santos da Silva***

Índia muito guerreira chamada Judite Rodrigues Cavalcante de Almeida, conhecida por Dona Judite, nasceu em 30 de março de 1940 na aldeia Gitó. Seus pais se chamavam Leopoldina Cavalcante Nunes e Genuíno Rodrigues de Mendonça. Sua família era constituída por 14 irmãos sendo cinco mulheres e nove homens, sua mãe ainda adotou cinco crianças, mais duas meninas e três meninos.

Ela conta que foi muito feliz na infância e juventude com sua família e na aldeia em que nasceu, porque fica no alto da serra e parecia que estava perto do céu. Escutava diversos sons que vinham da mata e aproveitou bastante cada lugar brincando e tomando banho nos lajeiros que havia em sua comunidade.

Seu pai, um homem de grande espiritualidade, sempre sabia quando ia morrer algum índio devido aos sinais que vinham da natureza, ele sabia interpretar todos. A família era muito religiosa e junto dos seus irmãos foi educada dentro da religião católica, mas foi através de mãe, que frequentava o Toré na aldeia em que morava, que aprendeu os rituais de seu povo. Quando pequena, uma dificuldade era o fato da escola que frequentava ser muito distante de sua casa, e tinha que ir a pé, pois nessa época não existia transporte escolar. Não havia merenda escolar, nem material, a escola não tinha estrutura, era uma casa abandonada.

Naquela época, viviam da agricultura e todos ajudavam cultivando milho, feijão, mamona, sabugueira, café, goiaba, entre outros. Junto com seus irmãos e irmãs gostavam de tirar as flores dos cafezais para

brincar e esses momentos marcaram sua relação com as flores e toda a natureza. Acredita muito na cura das plantas medicinais, sua mãe curava algumas doenças através do chá que dava para os filhos e filhas: chá de sabugueira, arruda, graviola, hortelã, e vários outros. Sua mãe descobriu, por acaso, que a graviola servia para tirar a febre, seja da folha ou do fruto, foi quando os filhos estavam com muita febre decorrente do sarampo e pediram para comer a graviola, algumas horas depois da ingestão estavam todos sem febre.

No intenso contato com as matas Dona Judite, ainda pequena, começou a buscar na mata e na reza ajuda para a cura dos índios que apareciam doentes. Ela aprendeu com sua família a sabedoria da cura através da natureza, tornando-se, assim, uma importante benzedeira na sua comunidade. Mas a Natureza Sagrada não ensinou para Dona Judite apenas o segredo das plantas, revelou para ela, com o passar dos anos, a sabedoria do nascimento, porque começou a ajudar as mulheres no parto e assim tornou-se a parteira da aldeia, sempre presente e disposta a ajudar em qualquer situação.

Começou a trabalhar como professora substituindo a irmã, Isabel, com a idade de 16 a 17 anos, depois passou a dar aula pelo município no turno da manhã na Aldeia Gitó. Fez um curso em Arcoverde pela rádio difusora para poder dar aula e durante todo o dia ouvia a rádio Olinda para auxiliar nas aulas que dava no período da manhã.

Era solteira quando iniciou sua vida profissional de parteira e professora, existia um número enorme de analfabetos no povo, conseguiu alfabetizar sua mãe de 70 anos e outras pessoas com 60, 50, 20 anos. As aulas aconteciam na igreja do Brejinho, até que o chefe do posto da FUNAI a contratou para reabrir a escola

da aldeia que estava fechada há mais de 12 anos, por conta da resistência dos índios de Brejinho em aceitar professores não índios. Assumir a escola de Brejinho foi uma responsabilidade difícil, pois ela precisou até enfrentar sozinha as ameaças de alguns homens que a queriam expulsar da escola. Com sua determinação, força e fé nos Encantos de Luz, e mesmo sendo mulher naquela época, conseguiu intimidá-los e defender a escola.

Como parteira, além da sabedoria da Natureza Sagrada e do uso das plantas medicinais que a ajudavam durante os partos, Dona Judite recebeu formação em enfermagem e chegou até a estagiar em um hospital no município de Pesqueira. Fazer parto nesta época era de grande risco, pois as parteiras mais velhas do povo sofriam dificuldades como a distância entre as casas, as aldeias, a falta de transporte e, muitas vezes, as índias eram encaminhadas para os hospitais. Mas, com Dona

Judite, que usava das plantas e de sua espiritualidade, nenhuma criança chegou a morrer em suas mãos.

O primeiro parto que ela fez foi na aldeia São José de uma índia da aldeia Vila de Cimbres. Ela conta que ficou muito assustada, mas pediu força aos Encantos e conseguiu fazer o parto. A partir de então fez parto nas várias aldeias do território como São José, Brejinho, Gitó, Caípe, Pendurado, Passagem, Cana Brava, Caetano, Santana, Lagoa, São Brás, Curral de Boi (Boa Vista) onde nasceu duas crianças gemeas, Tionante, Pedra D'Água, Santa Rita, Trincheira, Matinha, entre outras. Com Dona Judite as mulheres Xukuru, apesar das dificuldades de estrutura, começaram a se sentirem mais seguras em ter o parto natural em casa e não em hospital.

No ano de 1976 se casou com José Hélio e teve três filhos. Tinha que cuidar das crianças, da casa e dar conta do trabalho todos os dias. Trabalhava tanto que não tinha tempo para comer e nem para dormir, lembra que deixava as mamadeiras das crianças prontas para o marido ou a sogra darem para seus bebês.

Inicia sua missão na época do cacicado de seu José de Ismael, só veio a conhecer Xicão através do seu esposo. Certo dia Xicão fez uma visita em sua casa e, com o passar do tempo, Xicão chamou Dona Judite e o chefe do posto para serem os padrinhos do seu filho mais velho, Luiz. Quando Xicão assumiu o cacicado do povo Xukuru e inicia a luta pela terra, a contribuição de Dona Judite ao seu cacique e ao seu povo foi dando assistência aos guerreiros e guerreiras na entrega de alimento, de medicamento, fazendo curativos, aplicando injeções, fazendo partos, entre outras ações na área da saúde. Esse atendimento acontecia no posto da aldeia São José, as pessoas vinham de muito longe e ela precisava estar lá para atende-las.

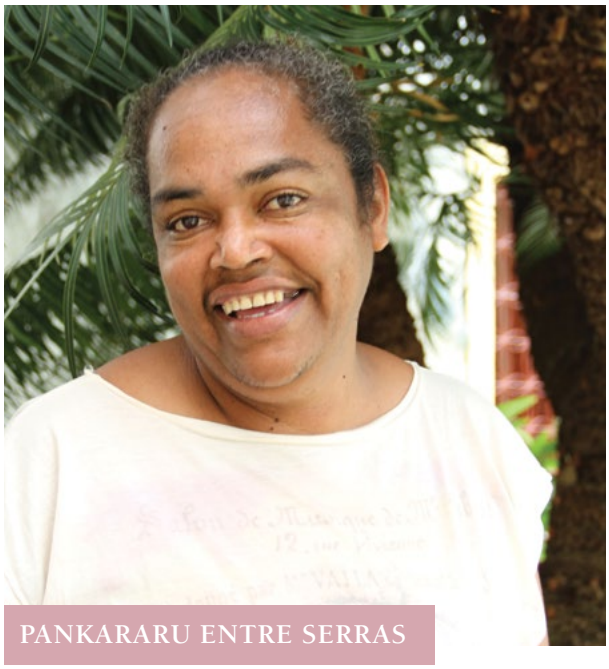
Ao lembrar do cacique Xicão Dona Judite diz: "os fazendeiros tiraram a vida de Xicão pensando que a luta ia se acabar, mas ficou mais forte, ele fez brotar uma felicidade grande nas pessoas, por que antigamente tinha muita miséria em nossas comunidades".

Dona Judite tem uma trajetória de vida dentro da luta do povo Xukuru, seu trabalho como professora e sua missão como parteira tem sido até hoje de grande importância na vida das comunidades e das mulheres do nosso povo. Ela é uma guerreira Xukuru e fez tudo isso por que tem muita fé em Deus e na Natureza Sagrada através dos Encantos e de Mandarú.

PESQUISADORAS

ATIKUM

Eu sou Nayara Tayná Leite Silva, nasci no ano de 1994, filha de Luzimar Ferreira Leite e Anaelson Francisco da Silva, tenho como irmã Isméria Luzimar Leite dos Santos e irmão Igor Leonardo Leite dos Santos. Moro na aldeia Sede, Serra Umã, no povo Atikum, município de Carnaubeira da Penha (PE). Integro o grupo jovem Enarê formado por jovens das aldeias Sede e Samambaia, além da Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE). Participo do Projeto Vidas Paralelas Indígenas (PVPI), este é um projeto de inclusão digital vinculado à Universidade de Brasília, junto com uma estudante do povo Atikum, Graciana Maria da Silva. Nele faço intercâmbio relatando acontecimentos da aldeia, fazendo entrevistas, ensinando a manusear a câmera, computador e fazendo cineclubes na escola com jovens e pessoas da comunidade. Sempre participo dos encontrões de professores/as indígenas de Pernambuco e dos demais movimentos indígenas que acontecem.



PANKARARU ENTRE SERRAS

Eu sou Elisa Urbano Ramos, indígena Pankararu Entre Serras, e a minha descendência familiar vem dos troncos da tradição, que influenciam diretamente minha formação na tradição do meu povo. Para mim o tronco velho Pankararu é uma grande família e tem sido com os ensinamentos deles que vou guiando meu caminho na luta. A minha inserção no movimento indígena vem a partir da educação escolar o que me leva para os demais caminhos e organizações sociais. Através do meu envolvimento com o movimento indígena, conheci o movimento de mulheres indígenas e das outras mulheres que lutam contra a opressão patriarcal. De profissão eu sou professora, uma indígena professora, o que naturalmente me caracteriza como pesquisadora. E uma professora indígena deve ser uma liderança e obviamente conhecer a história de seu povo, estar junto às suas lideranças e envolvida no cotidiano da sua aldeia. Atualmente faço mestrado em antropologia na Universidade Federal de Pernambuco e me dedico aos estudos de gênero no contexto das lutas indígenas.

KAMBIWÁ

Eu sou Edivanha Bezerra da Silva, índia Kambiwá, nasci no ano de 1984 e meu nascimento foi em casa, na aldeia Tear, município de Inajá (PE). Sou filha de Elizabete Bezerra da Silva e Antônio José da Silva, tenho quatro irmãos. Depois de alguns anos fui morar na cidade de Inajá, mas nas férias e finais de semana retornava à aldeia, para casa do meu avô João Bezerra Cabral. Na aldeia gostava de brincar na casa da madrinha, como os primos e amigos. Passei minha infância com a família e gostava muito do mato. Na juventude conheci José Hélio de Brito com quem me casei e passei a morar na aldeia Peitudo. Logo veio minha primeira filha, Débora Larissa, e depois meu segundo filho, José Danilo. Hoje trabalho como professora na educação escolar em minha comunidade e junto com minha família e lideranças tradicionais Kambiwá estamos na luta por nossos direitos.

KAPINAWÁ

Eu sou Robevânia Roseles da Silva Beserra, pertenço ao povo Kapinawá. Nasci no ano de 1990, na cidade de Buíque, um dos municípios em que fica localizado o território do meu povo. Minha mãe se chamava Maria do Carmo da Silva Beserra, ela já faleceu, seus pais eram Antônio Luiz Beserra e Maria José da Silva Beserra. Tenho um irmão, José Bruno Beserra de Lira, duas irmãs, Jacide Beserra de Lira e Marta Jacilayne Beserra de Lira. Sou casada com Júnior Pereira da Silva desde 2009. Nos últimos anos tenho buscado me engajar na luta do meu povo, tanto na luta pelo território – que ainda não está todo regularizado –, como venho participando do grupo de mulheres. Hoje trabalho na escola São Marcos como coordenadora pedagógica e também como professora.

PANKAIWKÁ

Eu sou Eliane Vieira da Silva, indígena do povo Pankaiwká, nosso território fica situado no município de Jatobá no sertão pernambucano. Nasci no ano de 1988 e sou conhecida como Bianca. Começaram a me chamar assim quando eu tinha 14 anos e participava das aulas de teatro com o grupo Estação. Eu gostei e desde então me chamam assim. Sou filha de Elias Ferreira da Silva e Maria Aparecida Feitosa da Silva. Meus pais são filhos de Pankararu que moravam na Volta do Moxotó. Tenho cinco irmãos e junto de nossos pais estamos na luta pelo território Pankaiwká desde a década de 1990. Ao longo dessa luta passamos por várias dificuldades juntos, dormimos sem ter teto e até houve momentos de não ter comida o suficiente para todos. Com o tempo recebemos o suporte da Funai que distribuiu alimentos para as famílias e fomos avançando na luta. Atualmente sou professora da turma de jovens e adultos (EJA), com eles troco muitos conhecimentos. Toda a luta que trouxe a Educação Escolar Indígena aos nossos territórios foi uma vitória, me sinto privilegiada em poder trabalhar aqui, no meio do meu povo.

PANKARÁ

Eu sou Angelina dos Santos Silva, nasci no ano de 1988, na Aldeia Cacaria, Serra do Arapuá, filha de Maria das Dôres dos Santos Silva (Dorinha - Cacique Pankará) e Heraldo Adalberto da Silva. Sou neta de Emília Olindina dos Santos, conhecida como “Dona Emília”, casada com Pedro Luiz dos Santos, pajé “Pedro Limeira”. Passei minha infância na aldeia, convivi e aprendi muito com minha avó Dona Emília. Aos sete anos de idade fui morar na cidade de Floresta (PE) para ter acesso à educação escolar, porém, o vínculo com meu lugar de origem nunca foi interrompido, estava sempre presente na aldeia acompanhando a prática dos rituais na companhia de minha família. Estive presente desde o início do processo de reorganização social do povo, atuei como professora na Educação Escolar Pankará entre os anos de 2008 a 2014. Fiz parte da primeira turma do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco e atualmente sou estudante do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), pretendo, ao concluir essa formação, contribuir na qualidade de vida da população Pankará.

PANKARARU

Eu sou Jaqueline Maria dos Santos, indígena Pankararu, filha de José Francelino dos Santos e Maria Luisa da Conceição Santos, tenho nove irmãos. Nasci e me criei no povo Pankararu, atuo como professora na Educação Escolar Indígena e gosto de participar dos movimentos sociais e dos nossos rituais. Participo do movimento de mulheres, do grupo jovem e sempre pratico esporte na comunidade. Procuro estar junto do meu povo lutando por nossos direitos e alcançando conquistas. No meu cotidiano venho aprendendo e praticando nossos rituais porque eles enriquecem e fortalecem os valores e os saberes tradicionais deixados pelos nossos ancestrais.

PIPIPÃ

Eu sou Cilene Maria dos Santos, pertenço ao povo Pipipã, somos um povo filho da Serra Negra. Trabalho como agente de saúde em minha comunidade e venho de uma família onde todos são índios e vivem da terra e na luta pelo território tradicional. Não abrimos mão da nossa luta porque ela é sagrada, não tem índio sem a luta. Temos na nossa cultura o ritual do Aricuri sagrado, há o tempo marcado para estar nele e é uma herança dos avós e pais para os filhos e filhas. Eu tenho orgulho do nosso povo.

PAULIDAYANE CAVALCANTI

TRUKÁ

Eu sou Ivanira Orcelina dos Santos, nasci na aldeia Cajueiro, no povo Tumbalalá, município de Curaçá (BA). Sou filha de Orcelina Anda de Jesus, da etnia Tumbalalá e de Izidório Rozendo dos Santos, da etnia Truká, município de Cabrobó/PE. Nasci no ano de 1968 e tive uma infância muita alegre e divertida, com muitas amigas da minha idade, brincávamos juntas de roda, de casinha com brinquedos improvisados e bonecas de pano feitas pela minha mãe. Brincadeiras de terreiro e as brincadeiras do rio realizadas nos momentos de banho nas águas do Velho Chico (rio São Francisco). Casei com Manoel Vitor dos Santos em 1989, filho de Ana Julia de Jesus e Pedro Hermenegildo dos Santos (antigo pajé Truká) e vim morar na Ilha de Assunção, território tradicional Truká. Sou mãe de Maria Nadjianá e Manoel Jorge, os quais amo muito. Trabalho como professora desde 1985 e sempre atuei com grande compromisso na Educação Escolar Indígena do meu povo. Desde 2006 participo dos encontros das mulheres indígenas de Pernambuco, participando ativamente deste movimento de guerreiras.

TUXÁ

Eu sou Sandra da Silva Pajeú Santos, nasci no anos de 1987, pertenço ao povo Tuxá. Sou filha de Geraldo Hortêncio Pajeú e Maria de Lourdes da Silva Pajeú, tenho três irmãs e dois irmãos, moro junto ao meu povo na aldeia Funil (PE). Sou casada e tenho uma filha que se chama Samantta Taynará que nasceu em 2014. Trabalho na escola indígena Maria Gildete de Araujo como coordenadora geral e sou presidente da Associação de Mulheres Indígenas Produtoras Tuxá. Também participo do grupo de jovens Filhos da Jurema do povo Tuxá e sempre que possível tento representar meu povo no movimento indígena. Faço parte do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena e da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE). Sou formada em história e na Licenciatura Intercultural Indígena pela UFPE, campus do Agreste em Caruaru. Agora estou realizando este maravilhoso trabalho de pesquisa sobre uma mulher simples, mas muito guerreira que teve um papel fundamental na formação da nova aldeia Tuxá aqui em Pernambuco, no Município de Inajá. Por coincidência essa guerreira é minha mãe e fiquei muito feliz em participar da construção deste livro.

XUCURU

Eu sou Lucinéa Santos da Silva, nasci no ano de 1977, na aldeia Cana Brava, povo Xukuru do Ororubá. Filha de Nilton José da Silva e Severina Santos da Silva, meus avós paternos são Pai Zé e Mãe Tereza e avós maternos são José Damião e Maria da Conceição, todos falecidos. Passei uma boa parte da infância na minha comunidade indígena e a outra foi na cidade, devido a um problema de saúde precisei fazer tratamento médico na área urbana. Mas não abandonei a aldeia, aos finais de semanas retornava à comunidade e com 19 anos retornei definitivamente para o território. Neste período comecei a lecionar em uma sala multisseriada na aldeia Caldeirão e já fazem 22 anos que atuo na educação indígena do meu povo, como professora, lutando junto com os parentes indígenas de Pernambuco por uma escola indígena de qualidade. Em 2012 terminei a graduação na Licenciatura Intercultural na área de Ciências da Terra e da Natureza, na Universidade Federal de Pernambuco.

GOVERNADOR DE PERNAMBUCO
Paulo Câmara

Secretário de Cultura
Marcelino Granja

Secretária Executiva
Silvana Meireles

Gerente Geral de Articulação com Instituições de Ensino
Antonieta Trindade

Gerente Geral de Articulação Social
Severino Pessoa

Gerente de Formação e Capacitação
Aurélio Molina

Gerente de Planejamento
Fernanda Matos

Gerente de Políticas Culturais
Teresa Amaral

Coordenadora de Artes Cênicas
Jorge Clésio

Coordenador de Artes Visuais
Márcio Almeida

Assessora de Design e Moda
Janaína Branco

Assessor de Fotografia
Jarbas Araújo

Coordenadora de Audiovisual
Milena Evangelista

Coordenadora de Cultura Popular
Teca Carlos

Assessor de Artesanato
Breno Nascimento

Coordenador de Literatura
Wellington de Melo

Coordenadora de Música
Andreza Portella

Assessoria de Gastronomia
André Maurício

Assessores de Comunicação
Tiago Montenegro e Michelle de Assunção

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO – FUNDARPE

Diretora-Presidente
Márcia Souto

Gerente de Administração e Finanças
Sandra Simone dos Santos Bruno

Gerente de Produção
Henrique Lira

Superintendente de Gestão do Funcultura
Gustavo Antonio Duarte de Araújo

Gerente Geral de de Preservação do Patrimônio Cultural
Marcia Chamixaes

Gerente de Preservação Cultural
Célia Campos

Gerente de Equipamentos Culturais
André Brasileiro

ISBN 978-8563173164

SECRETARIA
DE CULTURA